



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em
Mato Grosso do Sul



SFA – MS

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
EXERCÍCIO DE 2009

Rua Dom Aquino 2696, Centro - CEP: 79002-182 – Campo Grande/MS
Telefone: (67) 3041 – 9300 Fax: (67) 3041- 9343; e-mail: gab-ms@agricultura.gov.br

A – CONTEÚDO GERAL - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

01 – Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo.		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		Código SIORG: 002794
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul.		
Denominação abreviada: SFA/MS		
Código SIORG: 002794	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130062
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.		
Principal Atividade: Agricultura		Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(067) 30419300	(067) 30419343
Endereço eletrônico: gab-ms@agricultura.gov.br		
Página da Internet: www.agricultura.gov.br		
Endereço Postal: Rua Dom Aquino, 2696 – Centro – CEP: 79002-182 Campo Grande/MS		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no diário oficial da união.		
-Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 29 de maio de 2003.		
-Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005, publicado no diário oficial da união em 24 de janeiro de 2005.		
-Portaria MAPA nº 300 de 16 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2005.		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1. Competências

2.1.1.1. Sanidade Agropecuária.

I) Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de:

- a) Vigilância zoossanitária e vigilância fitossanitária;
- b) Prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais e das pragas dos vegetais;
- c) Fiscalização da importação e exportação de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genéticos animal, de vegetais e suas partes, bem como de suas embalagens, sob o aspecto sanitário;
- d) Fiscalização, sob o aspecto sanitário, da produção de sêmen, embriões, ovos férteis de aves e ratitas e de materiais genéticos animal e vegetal;
- e) Emissão de Certificados Sanitários, quando requeridos, para produtos, subprodutos e derivados de origem animal destinados ao uso industrial e de Certificados Fitossanitários para vegetais ou suas partes, quando requeridos;
- f) Aplicação de medidas de defesa sanitária animal e vegetal, com vistas a evitar a disseminação de doenças e pragas;
- g) Educação zoofitossanitária;
- h) Análise e instrução de processos de credenciamento e cadastramento de profissionais, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de saúde animal e vegetal;
- i) Fiscalização da execução de campanhas sanitárias ou fitossanitárias executadas mediante convênios e acordos;
- j) Cadastro, credenciamento e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade agropecuária como emissão de certificados sanitários ou fitossanitários e guias ou permissão de trânsito de animais ou vegetais, na forma da legislação específica;
- l) Certificação sanitária e fitossanitária de propriedades livres, monitoradas e controladas;
- m) Inquéritos sanitários;
- n) Fiscalização das atividades relacionadas a organismos geneticamente modificados, na forma de legislação específica, em articulação com o SEFAG/DT;
- o) Orientação sobre credenciamento de centro colaborador e estações quarentenárias; e
- p) Acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnicas relacionadas com centro colaborador e estações quarentenárias.

II - Orientar, acompanhar e controlar a:

- a) Aplicação das normas zoossanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais, determinando, inclusive, sua interdição, no caso de ocorrência de doenças transmissíveis nos animais expostos;
- b) Realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados zoossanitários de origem, visando o trânsito interestadual e a exportação e importação de animais vivos, sêmen, embriões e ovos férteis de aves e ratitas; e
- c) Aplicação das normas sanitárias que disciplinam a entrada e saída no País de vegetais, partes de vegetais, materiais biológicos ou de multiplicação vegetal e de suas embalagens, de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, e o trânsito interestadual e intermunicipal de animais vivos, produtos e derivados de origem animal e de materiais genético animal, de vegetais,

- partes de vegetais e de seus produtos, quando da ocorrência de pragas ou doenças na região de origem;
- III - Coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações sanitárias e fitossanitárias;
 - IV - Instruir processos, emitir pareceres e autorizar previamente o embarque, inclusive no Sistema Integrado de Comércio Exterior- SISCOMEX, quando couber, dos pedidos de importação e exportação de animais, ratitas e vegetais, seus materiais genéticos, produtos e derivados de origens animal e vegetal no que tange às exigências de natureza sanitária, inclusive para pesquisa, na forma da legislação específica;
 - V - Orientar, acompanhar, controlar e supervisionar as atividades de defesa sanitária animal e vegetal executadas pelos respectivos profissionais credenciados;
 - VI - Orientar, controlar, fiscalizar e auditar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados à defesa sanitária agropecuária, emitindo parecer técnico sobre os trabalhos realizados;
 - VII - Propor e acompanhar a quarentena de vegetais e de animais, bem como a realização de inquéritos epidemiológicos, de acordo com a legislação vigente e fiscalizar a execução;
 - VIII - Propor, coordenar ou executar campanhas sanitárias e fitossanitárias;
 - IX - Elaborar relatório anual das atividades do Serviço com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal;
 - X - Acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades organizacionais vinculadas tecnicamente;
 - XI - Apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências;
 - XII - Orientar, emitir e manter controle de certificados específicos e guias ou permissões de trânsito, na forma da legislação; e
 - XIII - Instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo à devida notificação.

2.1.1.2. Inspeção de Produtos Agropecuários.

I - Programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) Inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue;
- b) Inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados;
- c) Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;
- d) Fiscalização das atividades de classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origens animal e vegetal, bem como de tipificação de carcaças;
- e) Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal, inclusive resíduos de valor econômico;
- f) Inspeção e/ou fiscalização de produtos de origens animal e vegetal no comércio varejista e atacadista, na forma da legislação;
- g) Inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem à industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento, certificação e embalagem de matérias-primas, produtos e derivados de origem vegetal;
- h) Inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres, vegetais in natura e

- industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para o mercado nacional;
- i) Análises laboratoriais específicas para apoiar ações de inspeção e/ou fiscalização agropecuária;
 - j) Apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; e,
 - l) Inspeção e fiscalização da produção integrada e orgânica.
- II - Orientar e fiscalizar as atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico e a inspeção de bebidas e fermentados acéticos, de competência estadual outorgada pela legislação específica;
 - III - Fiscalizar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origens animal e vegetal, e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;
 - IV - Cadastrar os escritórios e empresas de exportação e importação de produtos e derivados de origens animal e vegetal;
 - V - Autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de produtos de origens animal e vegetal, conforme legislação vigente;
 - VI - Orientar, controlar e promover a emissão de Certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional, de produtos e derivados de origens animal e vegetal processados em estabelecimentos registrados;
 - VII - Instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de:
 - a) Vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
 - b) Produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origens animal e vegetal;
 - c) Estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores, ou exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origens animal e vegetal;
 - VIII - Colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origens animal e vegetal para fins de análise fiscal, controle e registro;
 - IX - Estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;
 - X - Opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades de tipificação e classificação de animais, carcaças e produtos de origens animal e vegetal, para o encaminhamento devido;
 - XI - Subsidiar o levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e de tipificação e classificação de animais e de produtos de origem animal;
 - XII - Acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origens animal e vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - XIII - Instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo à devida notificação;
 - XIV - Acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas;
 - XV - Coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários, inclusive dados quantitativos e qualitativos;

- XVI - Apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e,
- XVII - Elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

2.1.1.3. Fiscalização Agropecuária.

- I - Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de:
- a) Estabelecimentos e firmas que se dedicam à produção e importação de sêmen e de embriões, de materiais genéticos avícola, suíno, apícola e sericícola, bem como à prestação de serviços na área de reprodução animal;
 - b) Reprodutores doadores de sêmen;
 - c) Estabelecimentos industriais produtores, importadores, exportadores e de comercialização de alimentos para animais e seus respectivos produtos;
 - d) Estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e seus respectivos produtos;
 - e) Registros de materiais genéticos animal e vegetal, de produtos veterinários, de alimentos para animais, de corretivos, fertilizantes, biofertilizantes e inoculantes e, ainda, dos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam ou importam e daqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, de estabelecimentos criatórios de animais vivos, inclusive ratitas, na forma regulamentada pela Secretaria de Defesa Agropecuária;
 - f) Produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que têm fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto à observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares;
 - g) Estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de produtos de uso veterinário e seus respectivos produtos;
 - h) Estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e de comercialização de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como seus respectivos produtos, consoante normas específicas;
 - i) Associações de criadores, de classe, de raças, de produção integrada e de produtos orgânicos; e
 - l) Empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros, promotores de eventos, aviação e mecanização agrícolas;
- II - Controlar o trânsito interestadual e internacional de agrotóxicos, seus componentes e afins;
- III - Colher amostra de insumos agropecuários – agrotóxicos e produtos de uso veterinário, seus componentes e afins, fertilizantes, corretivos e inoculantes, sementes e mudas, alimentos para animais e demais insumos - para o controle de qualidade da produção, análise fiscal e registro, consoante legislações específicas;
- IV - Divulgar esclarecimentos para assegurar o uso correto e eficaz dos agrotóxicos, seus componentes e afins na produção, no armazenamento e no beneficiamento dos produtos agrícolas e nas pastagens;
- V - Instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de:
- a) Empresas e produtores de sementes e mudas;
 - b) Fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes, bem como os respectivos estabelecimentos produtores e comerciais;
 - c) Empresas que fabricam, industrializam, fracionam, manipulam, comercializam e importam produtos de uso veterinário;

- d) Empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros e promotores de eventos;
- e) Empresas que produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializem produtos destinados à alimentação animal; e
- f) Empresas que produzem, importam e exportam agrotóxicos, seus componentes e afins;
- VI - Cadastrar e registrar materiais genéticos animal e vegetal, produtos veterinários, alimentos para animais, corretivos, fertilizantes, biofertilizantes e inoculantes, e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializem, e daqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, de estabelecimentos criatórios de animais vivos, inclusive ratitas, na forma da legislação específica;
- VII - Fiscalizar as atividades relacionadas com o registro genealógico, as competições turfísticas e hípicas;
- VIII - Promover, orientar e proceder à certificação da produção de sementes e mudas e plantas matrizes.
- IX - Instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação;
- X - Acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades organizacionais vinculadas tecnicamente;
- XI - Coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de fiscalização, inclusive dados quantitativos e qualitativos; e
- XII - Promover vistorias em propriedades rurais para emissão do laudo comprobatório da execução de trabalhos de proteção do solo e controle da erosão;
- XIII - Apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e água, sementes e mudas, e de outras relacionadas às suas competências;
- XIV - Exercer a fiscalização relacionada a organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica, em articulação com a SEDESA/DT;
- XV - Autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de insumos agropecuários, conforme legislação vigente;
- XVI - Elaborar relatório anual das atividades do serviço com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal; e;
- XVII - Emitir parecer com vista à autorização ou não de exportação ou importação de sementes, mudas ou plantas matrizes, em consonância com legislações específicas.

2.1.1.4. Política e Desenvolvimento Agropecuário.

- I - promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a:
 - a) crédito rural;
 - b) cooperativismo e associativismo rural;
 - c) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologias agropecuárias;
 - d) assistência técnica e extensão rural;
 - e) infra-estrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária;
 - f) indicação geográfica e produtos de origem;
 - g) zoneamento agropecuário e seguro rural;
 - h) estoques públicos;
 - i) armazenagem e estocagem de produtos agropecuários e insumos;
 - j) segurança alimentar;
 - l) agroenergia;

- m) gestão dos armazéns e estoques de café;
 - n) fomento da produção integrada, agroecológica, orgânica, agroindustrial, agroflorestal e extrativista;
 - o) certificação, sustentabilidade e rastreabilidade;
 - p) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;
 - q) atenção ao consumidor;
 - r) padronização e classificação de produtos agrícolas, pecuários e orgânicos;
 - s) proteção, manejo e conservação de solo e água;
 - t) agricultura irrigada;
 - u) plantio direto;
 - v) recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas;
 - w) agricultura de precisão;
 - x) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais; e
 - y) manejo zootécnico e bem estar animal;
- II - promover, orientar, estimular, controlar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, acordos e contratos voltados ao fomento, investimentos, desenvolvimento e educação rurais;
- III - promover as atividades relacionadas com o registro genealógico, as competições turfísticas e hípcas e apoiar a realização de exposições, leilões, feiras agropecuárias e outras aglomerações;
- IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:
- a) cooperativas e associações;
 - b) agroindústrias;
 - c) empresas e produtores de sementes e mudas;
 - d) prestadores de assistência técnica e extensão rural, autônomos ou não;
 - e) organizações de pesquisas e promoções setoriais;
 - f) estabelecimentos produtores e comerciais fertilizantes, corretivos, biofertilizantes e inoculantes;
 - g) empresas que fabricam, industrializam, fracionam, manipulam, comercializam e importam produtos de uso veterinário;
 - h) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, leiloeiros e promotores de eventos;
 - i) laboratórios técnicos; e
 - j) empresas que fabricam e industrializam, importam e exportam agrotóxicos, seus componentes e afins;
- V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;
- VI - implementar e acompanhar a execução de programas e projetos de fomento da heveicultura;
- VII - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e água, sementes e mudas;
- VIII - levantar dados sobre as atividades ligadas à agropecuária, coletar e transmitir informações e dados sobre a respectiva produção estadual;
- IX - instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação;
- X - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às suas atividades;
- XI - acompanhar as ações relativas a investimentos públicos e aplicação de recursos públicos a fundo perdido;

- XII - assessorar e apoiar ações relativas à política de crédito, zoneamento agropecuário, Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO e seguro rural;
- XIII - apoiar ações relativas a programas de agroenergia e a políticas do café, da cana-de-açúcar e do cacau;
- XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às suas competências; e
- XV - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

2.1.1.5. Gestão da Vigilância Agropecuária.

- programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária, em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;
- II - instruir processos administrativos, de acordo com a legislação pertinente;
- III - coletar, processar e manter os dados do Sistema de Informações de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO, do Ministério;
- IV - participar das comissões relacionadas às suas competências;
- V - acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades subordinadas tecnicamente;
- VI - promover a articulação com as autoridades aduaneiras, policiais e outras relacionadas ao comércio internacional, para harmonizar as ações de vigilância;
- VII - promover:
 - a) expedição de certificado sanitário para trânsito internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal ou vegetal, materiais biológicos ou genéticos animal ou vegetal;
 - b) colheita de amostras de produtos de origens animal e vegetal para análise laboratorial, com fins de desembaraço aduaneiro e liberação para consumo ou comercialização, conforme legislação específica;
 - c) análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, em especial apoio aos SVAs e aos UVAGRO's, conforme legislação vigente;
 - d) quarentena, na forma definida pelas normas específicas; e
 - e) fiscalização de produtos e insumos agropecuários e dar destinação aos mesmos, conforme legislação específica;
- VIII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

2.1.1.6. Vigilância Agropecuária

- I - Executar as atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;
- II - Realizar exames de animais, a inspeção de produtos e derivados de origens animal e vegetal, de vegetais e partes de vegetais, de materiais genéticos vegetal e animal, bem como de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens, produtos para alimentação animal, produtos veterinários e de agrotóxicos, seus componentes e afins;
- III - Examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhada ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origens animal ou vegetal, produtos para alimentação animal e produtos veterinários que podem veicular agentes etiológicos de pragas e de doenças;
- IV - Aplicar medidas de:
 - a) Desinfecção e desinfestação em animais e vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e

- b) Apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças ou pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional;
- V - Expedir certificados sanitários para trânsito internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal ou vegetal, materiais biológicos e de multiplicação vegetal, ou materiais genéticos animal;
- VI - Coletar amostras de produtos de origens animal e vegetal para análise laboratorial, com fins de desembaraço aduaneiro e liberação para consumo ou comercialização;
- VII - Análise e tratamento no licenciamento de importação e exportação, conforme legislação vigente;
- VIII - Propor quarentena, na forma definida pelas normas específicas;
- IX - Realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários, dar destinação aos produtos e insumos fiscalizados, conforme legislação específica; e
- X - Elaborar relatórios específicos, conforme legislação própria, bem como o relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.
- Parágrafo único. Ao Serviço de Vigilância Agropecuária e à Unidade de Vigilância Agropecuária, compete, ainda, promover a execução de outras atividades de defesa agropecuária, de inspeção e de fiscalização de produtos agropecuários, consoantes disposições específicas.

2.1.2 – Objetivos estratégicos

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul – SFA/MS órgão descentralizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, tem como missão principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade, por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização, dentro da cadeia agropecuária, na sua área de responsabilidade - desenvolveu no ano de 2009 ações relevantes em todo o Mato Grosso do Sul.

De acordo com o Plano Plurianual para o período 2008/2011, Lei Federal Nº 11.653/08, o MAPA deve contribuir com o Governo Federal na superação do desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. É certo que o Ministério tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira, na perspectiva visionária de que, até o ano de 2015, venha a ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Nesse sentido, realiza os principais programas de governo em consonância com as diretrizes de planejamento, com vistas a garantir o cumprimento de ações inerentes a toda a cadeia do Agronegócio.

Assim, atua desde a produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições.

Pela grande importância econômica do segmento do agronegócio para o país, onde a agropecuária tem contribuído de forma robusta para a elevação do saldo da balança comercial brasileira, o MAPA age por meio de suas Superintendências nos estados, cujas

especificidades regionais influenciam as ações a serem desenvolvidas em todas as unidades regionais.

Baseado nestas circunstâncias, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul - SFA-MS é responsável pela execução de importantes programas e ações contidas no Plano Plurianual 2008/2011, com ênfase no desenvolvimento de culturas e na defesa, inspeção e fiscalização de insumos, produtos e subprodutos agropecuária.

Como se verá adiante, dentre os mais diversos programas e ações do PPA, apenas as ações mais relevantes executadas pela SFA-MS foram detalhadas, num total de 09 programas e 19 ações. Estas ações, que pelas Secretarias e Departamentos institucionais do MAPA, por meio de Gerentes de Programas, Gerentes Executivos e Coordenadores de Ação Nacional – CAN's, são repassadas às Superintendências, com o controle, supervisão e implementação feita por Coordenadores de Ação Estadual, denominados CAE's e respectivos Responsáveis Técnicos.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais

Dentro da estratégia aplicada por esta SFA/MS, no sentido de fortalecer o processo de Gestão Estratégica do MAPA, e na execução das ações que atendam os anseios da sociedade em geral, ressaltamos:

A fiscalização do vazio sanitário da soja foi ampliada e os trabalhos de criação de uma Área Livre de Sigatoka Negra (em Banana) foram concluídos.

A participação de fiscais federais agropecuários em treinamentos e reuniões nacionais sobre as atividades executadas pela Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Vacinação oficial, com doação da vacina, de todos os bovinos e bubalinos da Zona de Alta Vigilância, que gira em torno de 800.000 cabeças;

Aumento da meta de fiscalização em propriedades com cultivo de milho em função da liberação do milho transgênico, cuja área (de milho) é expressiva em Mato Grosso do Sul.

Participação do Responsável Técnico, pela Ação de Fiscalização de Serviços Agrícolas, no encontro Nacional de Aviação Agrícola e Congresso de Aviação Agrícola.

A taxa de conformidade de produtos destinados à alimentação animal dentro de um padrão razoável, reflexo, dentre outras ações, do trabalho de fiscalização intensiva dos técnicos desta Superintendência, na implementação das Boas Práticas de Fabricação nas indústrias do setor.

Realização de 04 (quatro) reuniões da Comissão de Produção Orgânica do Estado de Mato Grosso do Sul, na sede desta SFA/MS, com o objetivo de implementar a legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a produção orgânica, bem como para a tomada de ações para o desenvolvimento destas atividades no Estado.

O Serviço de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal realizou supervisões e acompanhamentos de auditorias e missões, com o objetivo de preservar o status de cada estabelecimento, conforme suas habilitações tanto no mercado interno como no mercado internacional.

O trabalho educativo realizado pela Ação de Padronização e Classificação de Produtos Vegetais, junto aos fornecedores de produtos vegetais padronizados e as ações punitivas contra os infratores geraram excelentes resultados, demonstrado pela evolução significativa na taxa de conformidade das amostras coletadas para aferição de qualidade.

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade.

2.3.1. Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária.

2.3.1.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">- Área declarada livre de febre aftosa com vacinação.- Área declarada livre de febre aftosa sem vacinação.- Nº de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina.- Nº de ocorrências da peste suína clássica.- Nº de ocorrências de casos da doença da vaca louca.- Nº de ocorrências de raiva bovina.- Plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola.- Taxa de conformidade no controle de fronteiras.- Taxa de incidência da doença “cancro cítrico”.
Público alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

2.3.1.2. Principais Ações do Programa.

- Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL);
- Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL);
- Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOS);
- Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL2);
- Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA2);

2.3.1.3. Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

2.3.1.3.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEDESA.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DSV
Coordenador Nacional da Ação	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Elvio Patatt Cazola.

2.3.1.3.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant. (ha.)	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área prevenida e controlada de pragas dos vegetais.	Área prevenida e controlada (ha.)	1.600.000	339014	15.000,00	1.239.000,00
			339030	10.000,00	
			339033	8.000,00	
			339036	3.000,00	
			339039	3.000,00	
			333041	500.000,00	
			443042	700.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant. (ha.)	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área prevenida e controlada de pragas dos vegetais.	Área prevenida e controlada (ha.)	1.746.400	339014	8.590,51	1.156.236,69
			339030	2.987,74	
			339033	6.998,93	
			339036	2.178,38	
			339039	1.481,13	
			333041	469.579,00	
			443042	664.421,00	

2.3.1.4. Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

2.3.1.4.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEDESA.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGCD/DSA.
Coordenador	

Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Elvio Patatt Cazola.

2.3.1.4.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal.	Propriedade atendida	20.000	339014	44.815,27	214.461,45
			339030	80.808,50	
			339033	27.700,00	
			339036	2.667,68	
			339039	27.970,00	
			449052	30.500,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal.	Propriedade atendida	22.633	339014	57.050,26	167.469,5
			339030	44.772,98	
			339033	37.048,10	
			339036	2.932,93	
			339039	24.131,08	
			449052	1.534,00	

2.3.1.5. Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa.

2.3.1.5.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões	

estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEDESA.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DSA.
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Elvio Patatt Cazola.

2.3.1.5.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizotíase – OIE.	Área livre (km²)	357.125	339014	34.378,48	
			339030	31.730,00	
			339033	8.600,00	
			339036	10.810,00	
			339039	1.200,00	
					86.718,48

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizotíase – OIE.	Área livre (km²)	345.979	339014	22.886,73	
			339030	27.018,65	
			339033	12.618,09	
			339036	8.414,60	
			339039	7.297,29	
			333041	4.754.113,74	
					4.832.349,10

2.3.1.6. Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos.

2.3.1.6.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável	

pelas decisões estratégicas	SDA
Unidades executoras	VIGIAGRO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO.
Coordenador Nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Celso Luiz Antonialli.

2.3.1.6.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de animais e seus subprodutos.	Partida inspecionada	850	339014	8.000,00	138.000,00
			339030	18.000,00	
			339033	9.000,00	
			339036	8.000,00	
			339039	15.000,00	
			449052	80.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de animais e seus subprodutos.	Partida inspecionada	1065	339014	24.321,03	101.953,49
			339030	23.567,49	
			339033	5.153,88	
			339036	1.593,00	
			339039	32.725,60	
			449052	14.592,49	

2.3.1.7. Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.

2.3.1.7.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a itossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável	

pelas decisões estratégicas	SDA
Unidades executoras	VIGIAGRO.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO.
Coordenador Nacional da Ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Celso Luiz Antonialli.

2.3.1.7.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de vegetais e seus subprodutos.	Partida Inspeccionada	5.000	339014	20.000,00	162.000,00
			339030	60.000,00	
			339033	20.000,00	
			339036	22.000,00	
			339039	40.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Vigilância e Fiscalização do trânsito Internacional de vegetais e seus subprodutos.	Partida Inspeccionada	6.054	339014	33.319,16	147.986,80
			339030	46.766,27	
			339033	8.063,61	
			339039	47.568,77	
			449052	12.268,99	

2.3.2. Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

2.3.2.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz.
Gerente executivo	Ângela Pimenta Perez.
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário. - Número de estabelecimentos comerciantes de alimentos fiscalizados.

	<ul style="list-style-type: none"> - Número de fiscalizações em propriedades de cultivo de algodão, milho e campos de pesquisa de organismos geneticamente modificados. - Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas. - Taxa de conformidade na classificação de alimentos.
Público alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

2.3.2.2. Principais Ações do programa

- Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL3);
- Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL2);
- Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSIF);
- Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN).

2.3.2.3. Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

2.3.2.3.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	<p>A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</p> <p>B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</p> <p>C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos: Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e</p>

	rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SIPAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGI/DIPOA.
Coordenador Nacional da Ação	Marcus Ribeiro de Freitas.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Oswaldo Alves Rodrigues.

2.3.2.3.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Estabelecimentos registrados no MAPA com Serviço de Inspeção Federal.	Estabelecim.	94	339014	200.000,00	
			339030	100.000,00	
			339033	80.000,00	
Supervisão e Auditoria em estabelecimentos.	Supervisão Auditoria	135	339039	30.000,00	620.000,00
			449052	200.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Estabelecimentos registrados no MAPA com Serviço de Inspeção Federal	Estabelecim.	95	339014	254.167,95	
			339030	97.568,63	
			339033	84.348,49	
Supervisão e Auditoria em estabelecimentos.	Supervisão Auditoria	129	339036	347,03	575.155,44
			339039	13.931,81	
Colheita de amostras para análise de resíduos biológicos em estabelecimentos exportadores.	Amostra	984	449052	124.791,53	
Amostras com conformidade de análise de resíduos biológicos em estabelecimentos exportadores.	Amostra	983			

*Observação: Estão informados os estabelecimentos com SIF (95)

Os estabelecimentos relacionados ER (12) não estão incluídos nas informações das metas realizadas.

2.3.2.4. Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

2.3.2.4.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA
Unidades executoras	SIPAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGVB/DIPOV
Coordenador Nacional da Ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Oswaldo Alves Rodrigues.

2.3.2.4.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Inspeção em Estabelecimentos	Inspeção	28	339014	10.617,24	40.890,24
Fiscalização em comércio	Fiscalização	05	339030	9.773,00	
			339033	7.500,00	
			339039	5.000,00	
			449052	8.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Inspeção em Estabelecimentos	Inspeção	28	339014	4.244,92	34.643,06
Fiscalização em comércio	Fiscalização	03	339030	3.839,94	
Amostras em conformidade de produtos provenientes do Estado.	Amostras	15	339039	26.558,20	
Amostras em conformidade de produtos provenientes de outros Estados.	Amostras	14			
Estabelecimentos com registro	Estabelecim.	22			

2.3.2.5. Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

2.3.2.5.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SIPAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CVQV/DIPOV.

Coordenador Nacional da Ação	Fernando Guido Penariol.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Oswaldo Alves Rodrigues.

2.3.2.5.2. Metas e resultados da ação no corrente exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em Estabelecimentos Comerciais.	Fiscalização	110	339014	77.535,00	716.814,36
Fiscalização em Postos de Classificação.	Fiscalização	24	339030	60.000,00	
			339033	10.000,00	
			339036	9.279,36	
Colheita de amostras de produtos para classificação fiscal	Amostra	100	339039	360.000,00	
			449052	200.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em Estabelecimentos Comerciais e em postos credenciados.	Fiscalização	141	339014	22.690,76	336.172,98
			339030	10.041,42	
			339033	15.824,20	
			339036	7.177,92	
			339039	270.674,20	
			339092	3.180,56	
			449052	6.583,92	

2.3.2.6. Ação 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

2.3.2.6.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no país.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais para garantir cumprimento às determinações da comissão técnica nacional de biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CBIO
Unidades executoras	SEDESA/SEFAG.
Áreas responsáveis	

por gerenciamento ou execução	SEDESA/SEFAG.
Coordenador Nacional da Ação	Marcus Vinicius Segurado Coelho.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Élvio Patatt Cazola.

2.3.2.6.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de propriedades de cultivo de algodão, milho e campos de pesquisa de OGM.	Fiscalização	95	339014	10.000,00	129.000,00
			339030	9.000,00	
			339033	7.000,00	
			339039	3.000,00	
			449052	100.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de propriedades de cultivo de algodão, milho e campos de pesquisa de OGM.	Fiscalização	94	339014	11.132,80	132.888,32
			339030	5.608,14	
			339033	2.653,83	
			339039	4.882,55	
			449052	108.611,00	

2.3.3. Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

2.3.3.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Objetivos específicos	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Gerente do Programa	Marcio Antônio Portocarrero.
Gerente executivo	Helinton José Rocha.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de hectares com certificação orgânica.
Público alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

2.3.3.2. Principais Ações do programa.

- Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN1).

2.3.3.3. Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

2.3.3.3.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC.
Unidades executoras	SEPDAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DEPROS.
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Pereira Dias.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Celso de Souza Martins.

2.3.3.3.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área orgânica certificada.	Hectare	20.000	339014	13.500,00	23.900,00
			339030	5.400,00	
			339033	4.000,00	
			339039	1.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Área orgânica certificada.	Hectare	-	339014	14.027,82	26.830,54
			339030	7.408,81	
			339033	4.135,45	
			339036	934,56	
			339039	323,90	

2.3.4. Programa 0375 - Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.4.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Objetivos específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz.
Gerente executivo	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira.
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Taxa de conformidade de corretivos agrícolas. - Taxa de conformidade de fertilizantes agrícolas. - Taxa de conformidade de produtos destinados à alimentação animal. - Número de estabelecimentos operadores em aviação agrícola. - Taxa de conformidade de sementes. - Número de fiscalizações em estabelecimentos de sementes e mudas.
Público alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.4.2. Principais Ações do Programa.

- Ação 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1).
- Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1).
- Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN).
- Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI).

2.3.4.3. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.

2.3.4.3.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEFAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DIEL.
Coordenador Nacional da Ação	Maria Auxiliadora Domingues.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Sérgio Paulo Coelho.

2.3.4.3.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de estabelecimento operador em aviação agrícola, com registro no MAPA.	Fiscalização	54	339014	6.100,00	24.450,00
			339030	3.350,00	
			339033	6.000,00	
			339039	1.000,00	
			339052	8.000,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de estabelecimento operador em aviação agrícola, com registro no MAPA.	Fiscalização	55	339014	3.624,77	4.712,24
			339030	639,93	
			339033	447,54	

2.3.4.4. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.

2.3.4.4.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEFAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CSM/DFIA.
Coordenador Nacional da Ação	José Neumar Francelino.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Sérgio Paulo Coelho.

2.3.4.4.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de campo e em estabelecimentos produtores, comerciantes e usuários de sementes e mudas.	Fiscalização	1.553	339014	50.153,78	483.113,78
			339030	67.610,00	
			339033	38.000,00	
			339036	0,00	
			339039	66.100,00	
			449052	261.250,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização de campo e em estabelecimentos produtores e comerciantes de sementes e mudas.	Fiscalização	2.728	339014	98.149,39	359.105,79
			339030	115.655,61	
			339033	30.193,33	
			339036	14.842,03	
			339039	66.341,17	
			339139	1.308,72	
			449052	32.615,54	

2.3.4.5. Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

2.3.4.5.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEFAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CPAA/DIFIP.
Coordenador Nacional da Ação	Fernanda Marcussi Tucci.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Sérgio Paulo Coelho.

2.3.4.5.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em estabelecimentos.	Fiscalização	130	339014	17.600,00	20.400,00
Colheita de amostras de produtos para análise.	Amostra	284	339030	2.800,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em estabelecimentos.	Fiscalização	134	339014	19.493,05	23.177,70
Amostras analisadas.	Amostra	189	339030	2.412,72	
Amostras analisadas dentro do padrão de conformidade.	Amostra	183	339033	1.271,93	

2.3.4.6. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

2.3.4.6.1. Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA.
Unidades executoras	SEFAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CFIC/DFIA.
Coordenador Nacional da Ação	Hideraldo José Coelho.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Sérgio Paulo Coelho.

2.3.4.6.2. Metas e resultados da ação no exercício.

Metas Previstas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em estabelecimento, produtor ou comerciante de fertilizante, corretivo e inoculantes.	Fiscalização	120	339014 339030 339039	11.854,20 8.580,00 14.000,00	164.234,20
Colheita de amostras de produtos para análise fiscal.	Amostra	185	449052	129.800,00	

Metas Realizadas

Física			Financeira		
Descrição	Unid.	Quant.	Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
Fiscalização em estabelecimento, produtor ou comerciante de fertilizante, corretivo e inoculantes.	Fiscalização	136	339014	27.608,73	107.145,53
			339030	4.532,18	
			339033	5.706,70	
Colheita de amostras de fertilizantes e corretivos.	Amostra	210	339039	9.908,85	
			449052	59.389,07	
Amostras analisadas com conformidade.	Amostra	189			

2.3.5 Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

2.3.5.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Objetivos específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero.
Gerente executivo	Helinton José Rocha.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Produtor atendido pelas melhorias promovidas na ação.
Público alvo	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

2.3.5.2. Principais Ações do programa.

2.3.5.3 Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

2.3.5.3.1 Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC.
Unidades executoras	SEPDAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGPI.
Coordenador Nacional da Ação	Reinaldo Carvalho Vergara.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Celso de Souza Martins.

2.3.5.3.2 Metas e resultados da ação no exercício.

Resultado Financeiro Realizado		
Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
339014	5.485,11	
339030	7.849,01	
339033	14.314,96	
339036	6.500,00	
339039	13.820,00	
339147	1.300,00	
449052	4.950,00	54.219,08

2.3.6 - Programa 0360 – Gestão da Política Agropecuária

2.3.6.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Não Definido.
Objetivos específicos	Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
Gerente do Programa	Edilson Guimarães.
Gerente executivo	José Maria dos Anjos.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Servidor capacitado.
Público alvo	Governo Federal

2.3.6.2. Principais Ações do programa.

2.3.6.3 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.3.6.3.1 Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade.
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CONAB.
Unidades executoras	DAD.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SUREH.
Coordenador Nacional da Ação	Maria Izabel Braga Coelho.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Hilário Boz.

2.3.6.3.2 Metas e resultados da ação no exercício.

Resultado Financeiro Realizado		
Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
339014	43.618,26	
339033	6.896,51	50.514,77

2.3.7 - Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.

2.3.7.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Objetivos	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo

específicos	sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Gerente do Programa	Maria Cecília Wey de Brito.
Gerente executivo	João de Deus Medeiros.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Pessoa Beneficiada.
Público alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

2.3.7.2. Principais Ações do programa.

2.3.7.3 Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico.

2.3.7.3.1 Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados e da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da

	agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC.
Unidades executoras	SEPDAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COAGRE/CGDS/DEPROS.
Coordenador Nacional da Ação	Rogério Pereira Dias.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Celso de Souza Martins.

2.3.7.3.2 Metas e resultados da ação no exercício.

Resultado Financeiro Realizado		
Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
339014	11.023,45	
339030	7.408,81	
339033	546,30	
339036	934,56	
339039	323,90	20.237,02

2.3.8 - Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

2.3.8.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Objetivos específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Gerente do Programa	Jorge de Paula Costa Ávila.
Gerente executivo	Ademir Tardelli.

Indicadores ou parâmetros utilizados	Produtor Atendido.
Público alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

2.3.8.2. Principais Ações do programa.

2.3.8.3 Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG.

2.3.8.3.1 Dados gerais da ação.

Tipo	Ação Orçamentária.
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC.
Unidades executoras	SEPDAG.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CIG/DEPTA.
Coordenador Nacional da Ação	BIVANILDA DE ALMEIDA TÁPIAS.
Responsável pela	

execução da ação no nível local (quando for o caso).	CELSO DE SOUZA MARTINS.
--	-------------------------

2.3.8.3.2 Metas e resultados da ação no exercício.

Resultado Financeiro Realizado		
Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
339014	3.455,48	6.449,19
339030	1.208,89	
339033	1.342,32	
339036	442,50	

2.3.9 - Programa 0750 – Apoio Administrativo

2.3.9.1. Dados gerais do programa.

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo geral	Não Definido.
Objetivos específicos	Prover o órgão dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do Programa	Sem informação.
Gerente executivo	Sem informação.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Superintendência mantida.
Público alvo	Governo Federal

2.3.9.2. Principais Ações do programa.

2.3.9.3 Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

2.3.9.3.1 Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade.
Finalidade	Constituir centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SE/MAPA.
Unidades executoras	DAD.

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGAS.
Coordenador Nacional da Ação	Rinaldo Junqueira de Barros.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso).	Hilário Boz.

2.3.9.3.2 Metas e resultados da ação no exercício.

Resultado Financeiro Realizado		
Natureza da despesa	Valor (R\$)	Total (R\$)
339014	8.041,73	
339030	49.233,38	
339033	14.775,05	
339036	50.017,04	
339037	570.750,46	
339039	521.935,53	
339047	6.389,66	
339092	434,97	
339139	18.849,68	1.240.427,50

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Taxa de Sanidade Vegetal.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o cumprimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e Eficácia.

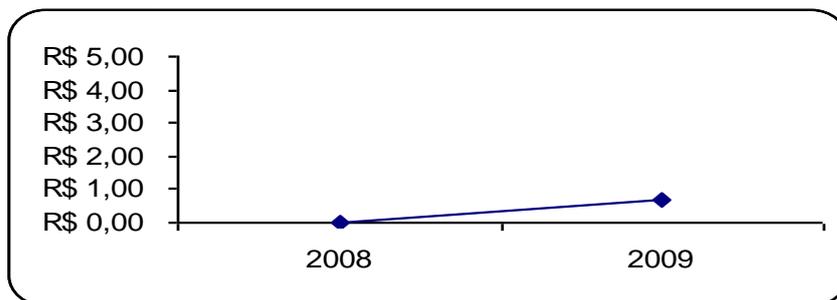
Fórmula.

$$\text{Eficiência} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Área (ha.) prevenida e controlada realizada}} \right) = 1.156.236,69 / 1.746.400 = \mathbf{R\$ 0,66}$$

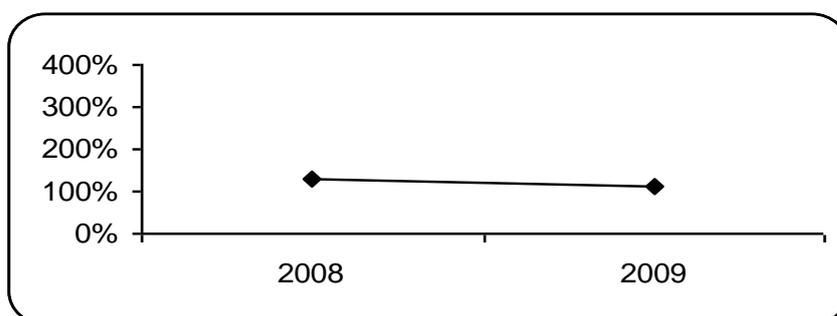
$$\text{Eficácia} = \left(\frac{\text{Área (ha.) prevenida e controlada realizada}}{\text{Área (ha.) prevenida e controlada programada}} \right) \times 100 = 1746.440 / 1600.000 \times 100 = \mathbf{109,15\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado

Indicadores utilizados na análise

Área total (ha.) prevenida e controlada de pragas e doenças dos vegetais.

Meta física realizada.

Área (ha.) prevenida e controlada de pragas e doenças dos vegetais.

Valor alcançado.

a) Eficiência – Custo médio operacional anual alcançado foi de R\$ 0,662;

b) Eficácia – Valor alcançado de 109,15% em relação às metas programadas.

Avaliação do resultado.

O aumento do custo operacional médio deve-se à inclusão na contabilização dos valores repassados ao Órgão Estadual através de Convênio, fato não ocorrido no ano anterior.

O valor alcançado de 109,15% em relação às metas programadas se deu, principalmente, em função do aumento de área de soja plantada e conseqüentemente maior número de fiscalizações realizadas no vazio sanitário da soja em MS.

Disfunções detectadas.

Os recursos provenientes de convênio, ao Órgão estadual de defesa Vegetal, foram repassados somente em agosto de 2009, em função de problemas burocráticos do órgão em questão.

Medidas implementadas.

Com o acréscimo de área plantada de soja em Mato Grosso do Sul, a fiscalização do vazio Sanitário da soja também foi ampliada.

Além desse fato, os trabalhos de criação de uma Área Livre de Sigatoka Negra (em Banana) foram concluídos e todo o trabalho de levantamento de pragas de citros e de erradicação do Bicudo do Algodoeiro foi mantido.

Medidas a implementar.

Como a disponibilização dos recursos do novo Convênio com o Órgão Estadual de defesa vegetal ocorreu a partir de agosto/2009, um aditivo deve ser implementado. Incorporação de mais municípios a área livre de sigatoka negra.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Elvio Pattat Cazola.

Responsável Técnico: Elvio Patatt Cazola.

2.4.2. Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o nível de cumprimento das metas programadas.

Tipo de Indicador.

Eficiência e Eficácia.

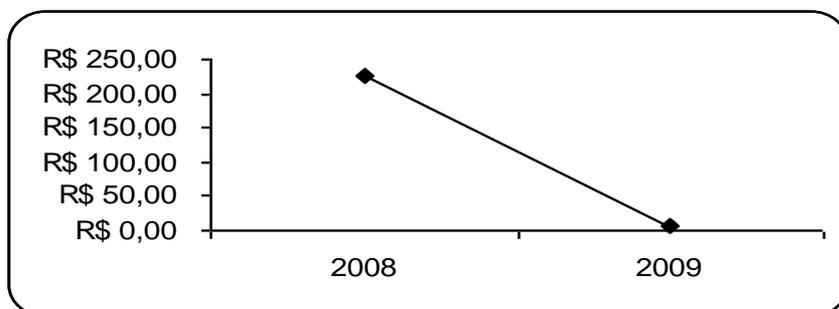
Fórmula.

$$\text{Eficiência} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Propriedades Atendidas}} \right) = 167.469,35/22.633 = \mathbf{R\$ 7,39}$$

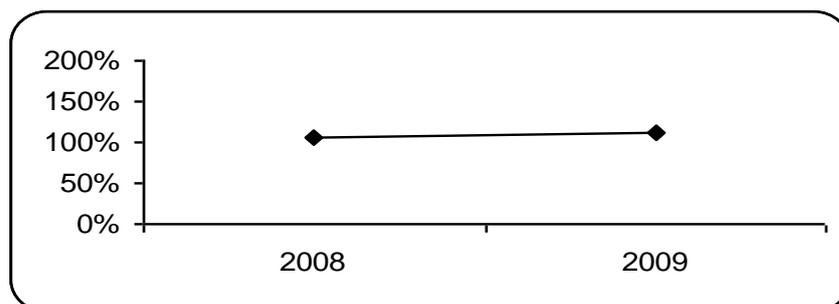
$$\text{Eficácia} = \left(\frac{\text{Nº de propriedades atendidas realizadas}}{\text{Nº de propriedades atendidas programadas}} \right) \times 100 = (22.633/20.000) \times 100 = \mathbf{113,16\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Nº de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal.

Meta física realizada.

Propriedades atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal.

Valor alcançado.

a) Eficiência - Custo médio operacional alcançado por propriedade atendida foi de R\$ 7,39;

b) Eficácia - Valor alcançado de 113,16% das propriedades atendidas em relação às metas programadas.

Avaliação do resultado.

Obteve-se um percentual de 113,16% em relação às metas programadas, com um custo médio operacional de R\$ 7,39 por propriedade atendida.

As propriedades atendidas se referem às seguintes atividades (considera-se produto com repetição, ou seja, a mesma propriedade pode ser atendida em mais de uma atividade de defesa sanitária):

As propriedades atendidas para Anemia Infecciosa Equina (AIE) totalizou 13.926, com atuações em focos de AIE e atendimento por laboratórios credenciados para diagnóstico de AIE.

Vistorias em propriedades com bovinos importados, fiscalização de produtos destinados à alimentação de ruminantes, atendimento a focos e perifocos de raiva, captura de morcegos em abrigos, totalizando 785 propriedades atendidas.

Cadastramento e recadastramento de granjas de suídeos e de criatórios de subsistência, vigilância sanitária, atendimento a foco de Doença de Aujeszky, colheita de amostras para monitoramento de doenças, acompanhamento de colheita oficial para certificação de granjas GRSC, fiscalização em frigoríficos, totalizando 1.023 propriedades atendidas.

Colheita de amostras de urina de bovinos destinados ao abate, em propriedades representativas do sistema de produção de carne, para atender ao Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC). No ano de 2009, a meta foi de 87 propriedades atendidas, e todas estavam em conformidade com a legislação.

Cadastramento e recadastramento de estabelecimentos avícolas, fiscalização e vigilância sanitária em estabelecimentos avícolas (avozeiro, matrizeiro, incubatório, estabelecimento comercial de corte, postura e ratitas), atendimento a notificações de alta mortalidade, acompanhamento de colheita oficial (avozeiro, matrizeiro, aves de descarte), vistoria para registro de estabelecimento avícola (matrizeiro, incubatório, ratitas), certificação de estabelecimentos avícolas de reprodução, colheita de material de aves de subsistência no sítio de aves migratórias em Corumbá, totalizando 808 propriedades

atendidas. Supervisões a médicos veterinários habilitados e a escritórios locais da IAGRO, treinamento de médicos veterinários oficiais e da iniciativa privada, acompanhamento de missões internacionais.

Orientações sobre o Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose e vigilância em propriedades com bovinos apresentando achados sugestivos de brucelose ou tuberculose em frigoríficos ou com diagnóstico positivo, agendamento e realização do teste de tuberculinização, acompanhamento de saneamento para certificação de propriedades livres ou monitoradas, acompanhamento de vacinação contra brucelose, atendimento de propriedades por médicos veterinários habilitados junto ao PNCEBT, colheita oficial para inquérito de brucelose, totalizando 6029 propriedades atendidas.

Cadastramento e recadastramento de estabelecimentos aquícolas, vigilância sanitária e colheita de amostras em estabelecimentos aquícolas, totalizando 12 propriedades atendidas.

Disfunções detectadas

Houve dificuldade no cumprimento de algumas metas do convênio MAPA/IAGRO em vários programas sanitários devido ao deslocamento de fiscais da IAGRO para a Zona de Alta Vigilância para realização de atividades relacionadas à febre aftosa, como a vacinação oficial.

Devido à inexistência de convênio com a IAGRO para o Programa Nacional de Sanidade Aquícola, houve dificuldades para a realização das atividades relacionadas a este Programa.

Medidas implementadas.

Participação dos fiscais federais agropecuários em treinamentos e reuniões nacionais sobre as atividades executadas pela ação. Foi lotada uma fiscal federal agropecuário no serviço para atuar nas atividades inerentes ao SISBOV, porém a mesma foi removida por problemas de saúde.

Medidas a implementar.

Lotação de fiscais federais agropecuários no SEDESA para atuar nas atividades relativas ao SISBOV, trânsito de animais, e ao PNCEBT.

Aprovar convênio com a IAGRO para todos os programas sanitários, incluindo o Programa Nacional de Sanidade Aquícola, para viabilizar a execução das atividades de todos os Programas.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Elvio Patatt Cazola.

Responsável Técnico: Elvio Patatt Cazola.

2.4.3. Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizotíase – OIE.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia

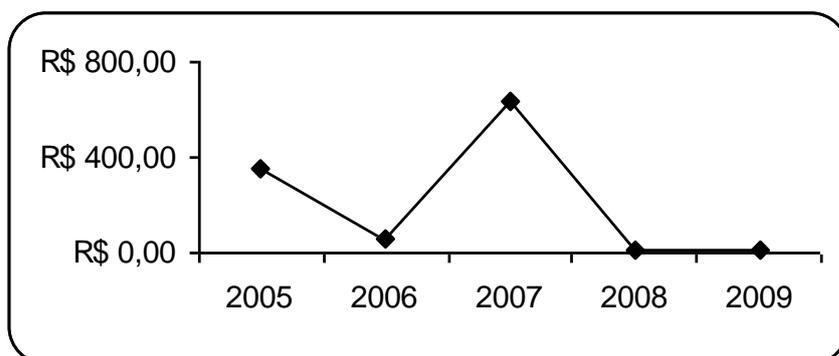
Fórmula.

$$\text{Eficiência} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total da área livre da doença}} \right) = 4.832.349,10/345.979 = \mathbf{R\$ 13,97}$$

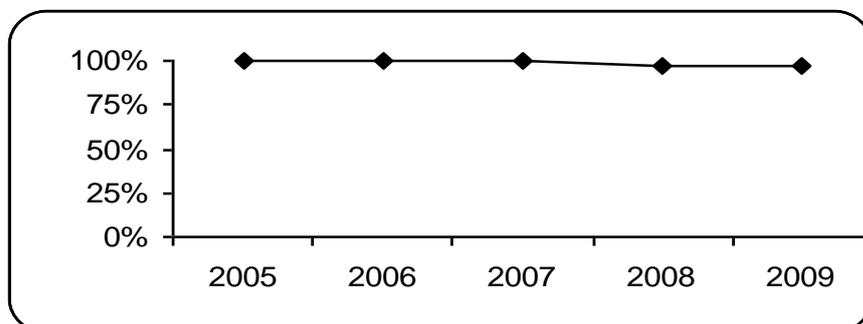
$$\text{Eficácia} = \left(\frac{\text{Área livre da doença realizada (km}^2\text{)}}{\text{Área livre da doença programada (km}^2\text{)}} \right) \times 100 = (345.979/357.125) \times 100 = \mathbf{96,88\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizootíase – OIE.

Meta física realizada.

Área (em km²) livre de febre aftosa.

Valor alcançado.

- Eficiência - Custo médio operacional anual foi de R\$ 13,97;
- Eficácia - Valor alcançado na área livre de febre aftosa realizada em relação à programada foi de 96,88%;

Avaliação do resultado.

Nesse ano o custo médio operacional foi de R\$ 13,97 por km², quase 50% maior que

o exercício anterior, em virtude do aumento considerável de recursos repassados para a IAGRO, principalmente para manutenção da Zona de Alta Vigilância e também pelo aumento do valor unitário da diária.

No ano de 2009 não houve qualquer alteração da área declarada como livre de febre aftosa com vacinação reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em relação ao ano anterior, ou seja, 345.979 km², pois a Zona de Alta Vigilância (ZAV) implantada na fronteira do Estado com o Paraguai e a Bolívia não é reconhecida como livre, apesar do excelente trabalho sanitário que é desenvolvido nessa região.

Disfunções detectadas

A ZAV foi criada por determinação da OIE para funcionar durante dois anos e aí se fará uma avaliação da situação. Até lá ela permanece sem o reconhecimento internacional como zona livre, apesar dos nossos esforços para manter essa área como uma área de excelência sanitária.

Medidas implementadas.

Todas as medidas implementadas na ZAV em 2008 foram mantidas em 2009, a saber:

- Vacinação oficial, com doação da vacina, de todos os bovinos e bubalinos da ZAV, que gira em torno de 800.000 cabeças;
- Identificação individual de todos os bezerros nascidos no ano de 2009, bem como dos bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos que entraram na ZAV;
- Controle do trânsito de bovinos e bubalinos que saem e entram na ZAV, com quarentena na origem e destino;
- Acompanhamento do embarque dos animais que saem da ZAV;
- Vacinação de todos os bovinos e bubalinos da ZAV de seis em seis meses;
- Fiscalização do trânsito de animais na região, através da implantação de 13 postos fixos e 10 barreiras volantes;
- Vigilância epidemiológica a cada dois meses em propriedades sentinelas (consideradas de maior risco na fronteira), com colheita de material para diagnóstico de febre aftosa.

Medidas a implementar.

Como houve mudança completa da direção do SENACSA, no Paraguai, que é o órgão responsável pela execução das atividades de defesa sanitária animal naquele país, é imprescindível que as nossas autoridades de Brasília entrem em contato com aqueles dirigentes, para fins de traçar atividades conjuntas na fronteira, visando padronização dos procedimentos;

Ainda há necessidade de que o governo do Estado contrate mais médicos veterinários para atuar na fronteira, mais especificamente na Zona de Alta Vigilância (ZAV), pois a demanda de trabalho nessa área é muito grande;

Para que esses veterinários permaneçam na ZAV seria muito importante que o governo do Estado implante uma gratificação de fronteira para os servidores que trabalham nessa região;

Visando a agilização dos trabalhos de defesa sanitária animal, seria muito importante que o MAPA adote testes laboratoriais mais rápidos e que haja um maior número de profissionais nos laboratórios do MAPA, pois os resultados estão demorando muito para chegar no destino;

Os assentamentos rurais, por ser de difícil trabalho, não poderiam ser criados a nível de uma fronteira internacional, devendo ser incentivada a prática da agricultura na região;

O apoio das forças armadas é essencial no auxílio na vigilância das nossas fronteiras internacionais;

Implantar uma fiscalização mais eficiente na fronteira, através de barreiras volantes, juntamente com a Polícia Militar e a Força Nacional, para impedir a entrada de animais susceptíveis à febre aftosa, vindos do Paraguai e da Bolívia.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Elvio Patatt Cazola.

Responsável Técnico: Orasil Romeu Bandini.

2.4.4. Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de Partidas inspecionadas no trânsito Internacional de animais.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o cumprimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e Eficácia.

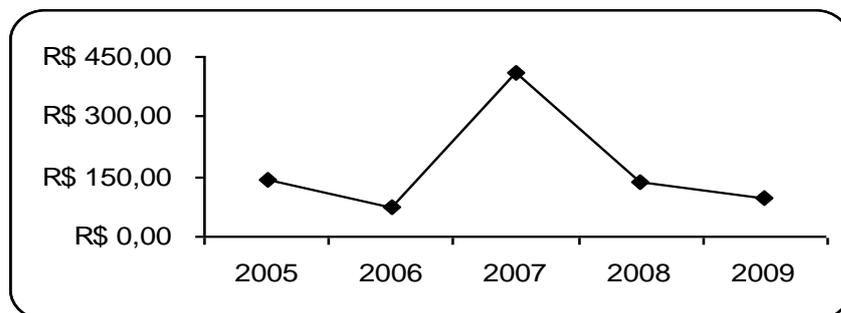
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Partidas Inspeccionadas}} \right) = 101.953,49/1065 = \text{R\$ } 95,73$$

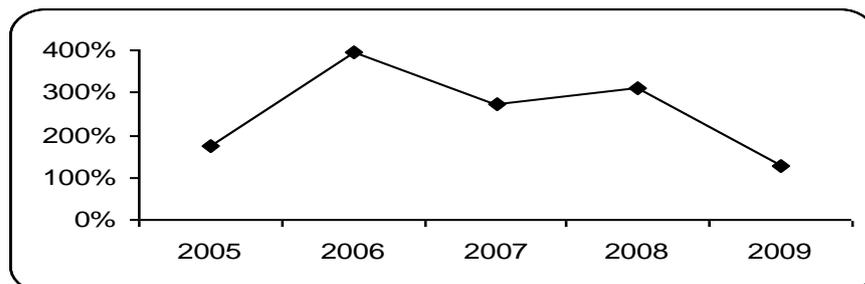
$$\text{Eficácia} = \left(\frac{\text{Total de Partidas inspeccionadas realizadas}}{\text{Total de Partidas inspeccionadas Programadas}} \right) \times 100 = (1065/850) \times 100 = 125,29 \%$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Nº de Partidas inspecionadas no trânsito Internacional de animais.

Meta física realizada.

Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais e seus subprodutos.

Valor alcançado.

a) Eficiência - Custo médio operacional alcançado por Partida inspecionada no trânsito de animais e seus subprodutos foi de R\$ 95,73;

b) Eficácia - Valor alcançado de 125,29% de partidas inspecionadas no trânsito de animais e seus subprodutos em relação às metas programadas.

Avaliação do resultado.

O Custo Médio Operacional varia de conformidade com a demanda, principalmente a variação constatada em diferentes Unidades de Vigilância Agropecuária – Uvagos. Neste ano tivemos um valor de R\$ 125,29 por partida inspecionada, há que se levar em conta também, a deficiência que temos de FFA (Médicos Veterinários) fazendo com que temos deslocamentos constantes para atendimento em nossas Unidades.

A programação das metas estão baseadas nas demandas dos anos anteriores, assim normalmente acontece uma diferença entre o programado e o realizado, pois trabalhamos em cima da demanda do mercado.

Disfunções detectadas

A diferença entre o programado e o realizado, conforme citado no item acima dependem da demanda do mercado.

Medidas implementadas.

Deslocamentos de Fiscais Federais Agropecuários para atenderem deficiências em outras Unidades.

Medidas a implementar.

Ainda continuamos com muita deficiência de Fiscais Federais Agropecuários para evitarmos deslocamentos para atendimento em outras Unidades.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Celso Luiz Antonialli.

Responsável Técnico: Celso Luiz Antonialli.

2.4.5. Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de Partidas inspecionadas no trânsito Internacional de vegetais

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o cumprimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e Eficácia.

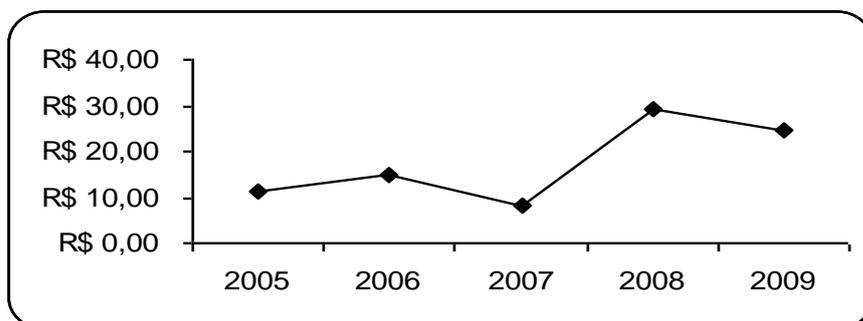
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Partidas Inspeccionadas}} \right) = 147.986,80/6054 = \mathbf{R\$ 24,44}$$

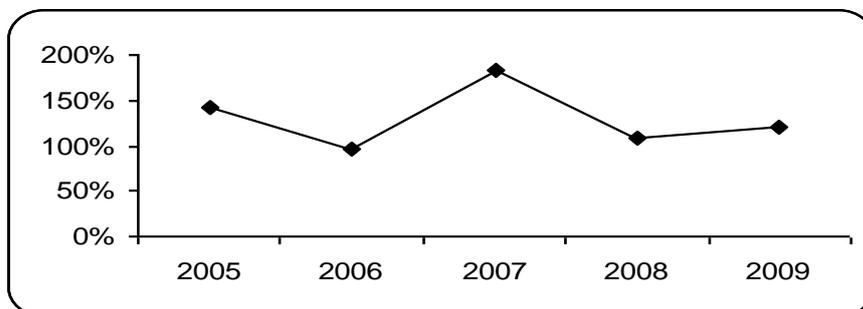
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Partidas inspeccionadas realizadas}}{\text{Total de Partidas inspeccionadas Programadas}} \right) \times 100 = (6.054/5.000) \times 100 = \mathbf{121,08\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

a) Nº de Partidas inspecionadas no trânsito Internacional de vegetais;

Meta física realizada.

a) Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus subprodutos;

Valor alcançado.

a) Eficiência - Custo médio operacional alcançado por Partida inspecionada no trânsito de vegetais e seus subprodutos foi de R\$ 24,44;

b) Eficácia - Valor alcançado de 121,08 % em relação às metas programadas de partidas inspecionadas no trânsito de vegetais e seus subprodutos;

Avaliação do resultado.

Consideramos este resultado como muito bom, mesmo porque a programação sempre é feita conforme dados dos anos anteriores e assim ficamos sujeitos às variações do mercado internacional.

Disfunções detectadas

Ainda continuamos com uma deficiência muito grande de Fiscais Federais Agropecuários para execução de nossas atividades de fiscalização.

Para completarmos o nosso quadro ainda necessitamos de no mínimo, mais 07 (seis) Fiscais Federais Agropecuários 03 (três) Engenheiros Agrônomos e 04 (quatro) Médicos Veterinários.

Medidas implementadas.

Estamos fazendo constantemente atendimentos emergenciais nas UVAGRO's, em vista da carência de Fiscais Federais Agropecuários, isto é, deslocando Fiscais de outras Unidades para atendimento àquelas que não possuem principalmente Médicos Veterinários.

Medidas a implementar.

Ainda continuamos com deficiência de pessoal e necessitaríamos da contratação de pelo menos 07 (sete), conforme especificado no item Disfunções Detectadas.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Celso Luiz Antonialli.

Responsável Técnico: Celso Luiz Antonialli.

2.4.6. Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Números de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

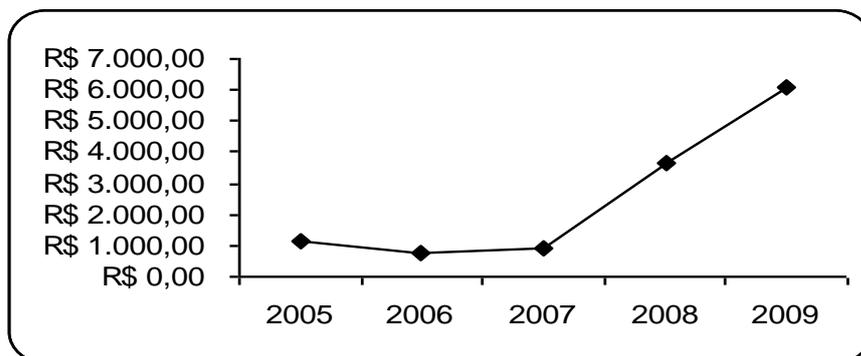
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Estabelecimentos com SIF Supervisões e auditorias realizadas}} \right) = 575.155,44/95 = \mathbf{R\$ 6.054,26}$$

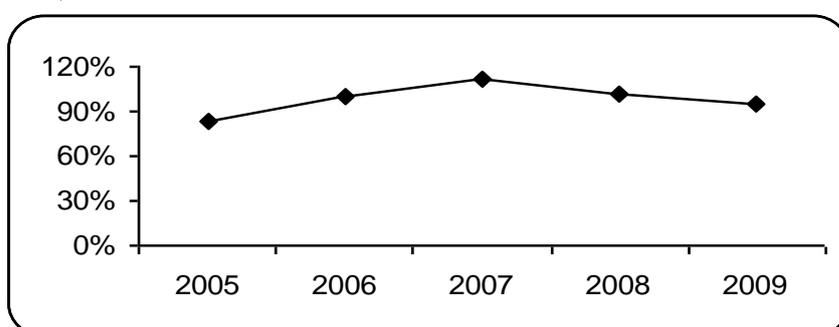
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Supervisões e auditorias realizadas}}{\text{Supervisões e auditorias programadas}} \right) \times 100 = 129/135 \times 100 = \mathbf{95,55\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Nome do indicador.

Taxa de conformidade na produção de alimentos.

O que se pretende medir.

O percentual de produtos que atendem os padrões de qualidade, no que tange a análise de resíduos biológicos em estabelecimentos exportadores.

Tipo de Indicador.

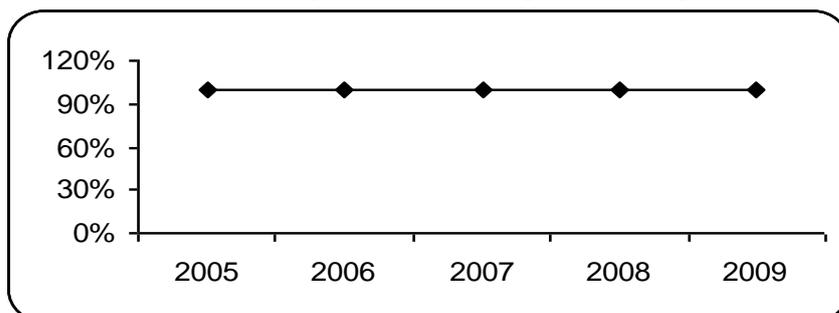
Eficácia.

Fórmula.

$$\text{Eficácia II} = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras com conformidade}}{\text{N}^\circ \text{ total de Amostras analisadas}} \right) \times 100 = (983/984) \times 100 = \mathbf{99,89\%}$$

Gráfico de Tendência

Percentual de Produtos que atendem aos padrões de qualidade.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

- a) Números de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário;
- b) Taxa de conformidade na produção de alimentos.

Meta física realizada.

- a) Estabelecimentos com Sistema de Inspeção Federal - SIF;
- b) Supervisão e auditoria em estabelecimentos;
- c) Colheita de amostras para análise de resíduos biológicos em estabelecimentos exportadores.

Valor alcançado.

- a) Eficiência I - Custo médio operacional anual por estabelecimento: R\$ **6.054,26**;
- b) Eficácia I - Valor alcançado de **95,55%** de supervisões e auditorias realizadas em relação às metas programadas;
- c) Eficácia II - Valor alcançado de **99,89%** de amostras com conformidade nas análises de resíduos biológicos.

Avaliação do resultado.

O custo médio operacional anual foi de R\$ **6.054,26** por estabelecimento com Serviço de Inspeção Federal.

Como nos anos anteriores, os Fiscais Federais Agropecuários lotados no Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG, da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul, prestaram apoio técnico ao DIPOA sob a forma de: realização de auditorias, treinamentos, acompanhamento de missões estrangeiras, análises e emissões de pareceres técnicos, elaboração e revisões de legislações, tais atividades do DIPOA deram-se com ônus à Superintendência Federal, mediante a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros.

Outro fator relevante para a elevação do custo operacional teve como causa a necessidade de deslocamento de Fiscais Federais Agropecuários lotados em outros municípios com conseqüente pagamento de diárias para realizarem os trabalhos da Inspeção Federal em estabelecimentos cujos responsáveis eram Médicos Veterinários cedidos através de Acordo de Cooperação Técnica com as prefeituras durante a tramitação administrativa para a renovação destes acordos.

Houve a priorização deste atendimento, com o revezamento de Fiscais Federais Agropecuários para atendimento dos Serviços de Inspeção Federal e detrimento de outras atividades para que as empresas não fossem prejudicadas enquanto os processos de renovação dos Acordos de Cooperação Técnica eram analisados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA segundo a nova sistemática adotada.

Foi alcançado o valor de 95,55% de supervisões e auditorias realizadas em relação ao programado, embora não atendendo integralmente a meta estabelecida tendo em vista a intercorrência advinda da renovação dos Acordos de Cooperação Técnica.

Das amostras 984 coletadas e analisadas no Programa Nacional de Controle de Resíduos, 983 amostras apresentaram conformidade e uma apenas foi considerada não conforme.

Disfunções detectadas.

No ano de 2009, um fato marcante foi a paralisação por motivos financeiros dos estabelecimentos sob Inspeção Federal, SIF 49, SIF 888 e SIF 615 pertencentes ao grupo Independência S/A. Estes estabelecimentos eram habilitados para vários mercados e respondiam por um número significativo de abate de bovinos (421.710 animais abatidos em

2008) e também por um grande número de postos de trabalho nos municípios de Anastácio, Nova Andradina e em Campo Grande.

A distensão gradual das restrições sanitárias impostas aos produtos brasileiros pelos países importadores já sentida em 2008 e a liberação por parte do bloco econômico europeu possibilitou a retomada de quase totalidade dos mercados aproximando-se muito à situação encontrada em 2005 antes do surgimento dos focos de febre aftosa quando o estado estava plenamente inserido no mercado internacional de exportações.

No momento o estado apenas aguarda o retorno para a habilitação do mercado chileno.

Medidas implementadas.

As supervisões e acompanhamentos de auditorias e missões foram realizadas com o objetivo de preservar o status de cada estabelecimento conforme suas habilitações tanto no mercado interno como no mercado internacional.

Houve por parte do DIPOA o atendimento quanto à liberação de recursos para a realização desses trabalhos, possibilitando que os técnicos pudessem realizar as supervisões, acompanhamento de auditorias e vistorias para implantação de novos estabelecimentos com Inspeção Federal. Houve a liberação de recursos financeiros para aquisição de material permanente, com os quais foram adquiridos três veículos que possibilitarão um melhor atendimento às demandas do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários.

Foram realizados diversos eventos e treinamentos para os Fiscais Federais Agropecuários e Auxiliares de Inspeção:

- Treinamento Prático de Supervisores do Serviço de Inspeção de Carne de Aves.
- Treinamento Prático de Supervisores do Serviço de Inspeção Ovos.
- Reunião Técnica com FFAs e servidores Administrativos do SIPAG.
- Reunião dos Responsáveis Técnicos de carnes para definição das diretrizes a serem auditadas nos SIPAGs/UF, no ano de 2009.
- Participação na reunião com o IAGRO, SEDESA sobre os procedimentos no abate de animais oriundos da Zona de Alta Vigilância.
- Participação do FFA Bernardo Bartmeyer Júnior em reunião do Grupo de Trabalho sobre a Revisão do RIISPOA.
- Reunião técnica para Fiscais Federais Agropecuários sobre aplicação das Circulares nº175 e 176/2005/CGPE/DIPOA organizada pelo SIPAG/SFA/MS.
- Participação do Fiscal Federal Agropecuário Newton Tércio Netto no treinamento em Bem Estar Animal Conceitos, Métodos de Avaliação e Medida e Aplicações na Produção Animal.
- Participação do Fiscal Federal Agropecuário Daniel Lemos Melhado no Grupo de trabalho junto à Coordenação Geral de Inspeção para desenvolver o cronograma de auditorias em estabelecimentos sob SIF para o ano de 2009.
- Auxílio nas atividades de auditoria em Rotulagens de Produtos Lácteos, convocada pela DILEI/DIPOA.
- Auditoria no Serviço de Inspeção Estadual da Bahia ADAB com vistas a adesão do mesmo ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção.
- Participação no treinamento "Mapa de Aprendizagem" sobre Planejamento Estratégico do MAPA.
- Reunião técnica com encarregados de Inspeções Federais e supervisores de estabelecimentos habilitados a exportar aos EUA e UE.

- Participação, a convite da CCRC/SDA, na reunião técnica para apresentação do Manual de Coleta de Amostras do PNCRC e atualização sobre medicamentos veterinários no contexto do PNCRC.
- Treinamento Prático de Supervisores do Serviço de Inspeção de Carne de Aves.
- Reunião para padronização de procedimentos; circulares 175 e 176/2005.
- Reunião dos Gestores Regionais e Gestor Nacional de prevenção de EEB em Brasília.
- Participação no Workshop sobre Bem Estar Animal e Qualidade de carne suína - Criação Manejo e Pré-Abate.
- Participação na reunião para descentralização das atividades relativas ao PCF - Programa de Combate à Fraude no Leite.
- Participação em Treinamento para Nivelamento em Auditorias em Estabelecimentos de Leite.
- Padronização de Procedimentos em Supervisão e Auditoria - Suínos. Supervisão e Auditoria baseada nos programas de autocontrole; Boletim Sanitário (Ofício Circular 05/2009/DICS/DIPOA); I.N. Nº 27 de 27 08.2008; Elemento de Inspeção - Formulações.
- Participação na Reunião Técnica para Definição e Padronização de Critérios de Aplicação dos Autocontroles como Ferramentas de Inspeção em Estabelecimentos Exportadores de Carne Suína para Rússia e U.E.
- V Encontro de Fiscais Federais Agropecuários de abatedouros de aves de Mato Grosso do Sul
- Participar de reunião sobre a revisão do RIISPOA.
- Realização de Palestras de divulgação do SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção.
- Treinamento em Autocontrole Circulares 175 e 176.
- Treinamento em Tipificação para Cota Hilton.
- Treinamento do FFA Mário Miranda - Inspeção de Suínos.
- Participação no XVII Curso Teórico Prático de *Trichinella spiralis*.
- Reunião de consolidação do documento que visa estabelecer um novo modelo de inspeção a ser implantado nas empresas de pescado sob S.I.F., fundamentada nos programas de autocontrole (Circulares CGPE 175 e 176/2005).
- Participação, a convite do DIPOA/SDA, de reunião técnica para atendimento ao disposto no Regulamento (CE) nº 620/2009 da União Européia.
- Participação na reunião do DIPOA/SDA juntamente com o setor privado, para tratar da Cota Especial de Carnes a serem exportadas para a Europa.
- Realização de Treinamento para a Médica Veterinária e equipe de Inspeção do SIF 1307 - Comercial CASBE Ltda.
- Realização de Treinamento sobre Bem Estar animal para a equipe do SIF 4148.
- Ministrada palestra no Congresso de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul em substituição ao Diretor do DIPOA - Nelmon O. da Costa (FFA Bernardo Bartmeyer Júnior).
- Participação em Reunião entre a DICA O e a empresa SEARA SIF 3595 - sobre o Programa de Redução de Patógenos.
- Realização de Palestra sobre a Inspeção de leite para os estados e municípios que pretendem aderir ao SISBI – Paraná.
- Participação na Reunião Técnica como Gestora Estadual do CQUALI-LEITE no estado do MS para discussão das atividades relativas ao Programa de Combate à Fraude do Leite.
- Participação na reunião técnica para tratar do PNCRC/avestruz e possibilidade de adaptação do SIF 3639 à exportação à UE.

- Participação, a convite do DIPOA/SDA, de reunião técnica para atendimento ao disposto no Regulamento (CE) nº 620/2009 da União Européia.
- Participação no 1º Módulo do Curso de Pós Graduação em Higiene e Processamento de Produtos de Origem Animal.
- Palestra para divulgação do SISBI - EXPO MS.
- Reunião com o Serviço de Inspeção Municipal de Campo Grande para divulgação do SISBI Sistema Brasileiro de Inspeção
- Reunião para divulgação do SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção na Prefeitura Municipal de Maracajú.
- Participação em reunião técnica na SEPROTUR/MS sobre o Programa Estadual do Novilho Precoce.
- Participação na EXPO/MS 2009.
- Realização de visita técnica aos estabelecimentos frigoríficos para observar o sistema de resfriamento de carcaças bovinas nos EUA.
- Participação na Reunião para nivelamento das ações descentralização registro rotulagem.
- Treinamento para Agentes de Inspeção.

Além das ações inerentes ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, foram impostas medidas punitivas que resultaram em 76 (setenta e seis) Autos de Infração, 37 (trinta e sete) multas, 36 (trinta e seis) advertências, gerando uma receita de R\$ 235.104,88 (Duzentos e trinta e cinco mil cento e quatro reais e oitenta e oito centavos). Com valores recebidos em 1ª Instância R\$ 61.074,69 (Sessenta e um mil, setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), e de valores recebidos em 2ª Instância R\$ 36.297,03 (Trinta e seis mil duzentos e noventa e sete reais e três centavos). Foram ainda encaminhadas à Procuradoria da Fazenda Nacional, para inscrição em dívida ativa, multas no valor de R\$ 177.096,05 (Cento e setenta e sete mil noventa e seis reais e cinco centavos).

Medidas a implementar.

Continuidade na orientação das boas práticas de fabricação conforme os padrões de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Incrementar o número de supervisões nos estabelecimentos sob Inspeção Federal.

Realização de cursos, treinamentos, workshops e reciclagens para os Fiscais Federais Agropecuários e auxiliares visando à padronização dos diversos procedimentos relacionados com o Serviço de Inspeção Federal, bem como a respeito das exigências dos países importadores, com o escopo de incrementar a aceitação dos produtos brasileiros, a reconquista e incorporação de mercados internacionais.

Priorizar o atendimento a Missões Veterinárias estrangeiras em visita aos estabelecimentos sob Inspeção Federal para novas habilitações de produtos - carne de aves, suínos, peixes e bovinos.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Osvaldo Alves Rodrigues.

Responsável Técnico: Nelci Lenita Kroll de Lima.

2.4.7. Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem vegetal.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o nível de atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

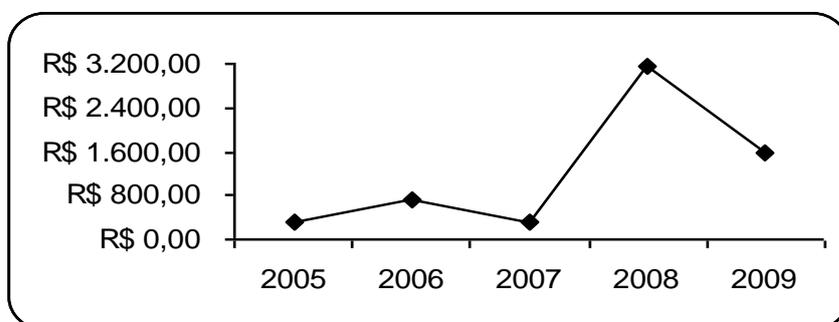
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Estabelecimentos com registro} \times \text{Total de inspeções/fiscalizações realizadas}} \right) = 34.643,06/22 = \mathbf{R\$ 1.574,68}$$

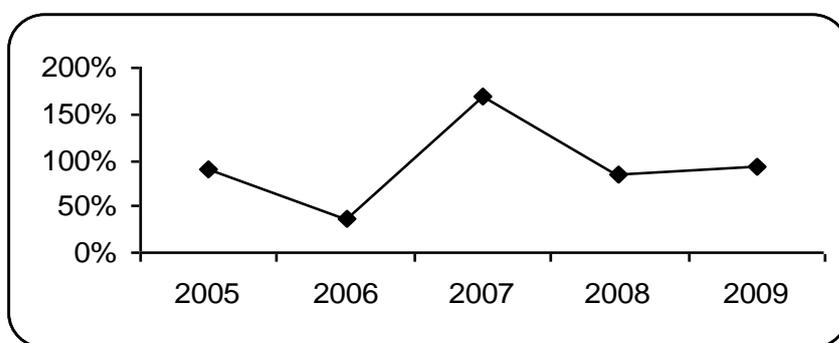
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Inspeções/fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Inspeções/fiscalizações Programadas}} \right) \times 100 = (31/33) \times 100 = \mathbf{93,93\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas.

O que se pretende medir.

O percentual de produtos que atendem aos padrões de qualidade.

Tipo de Indicador.

Eficácia.

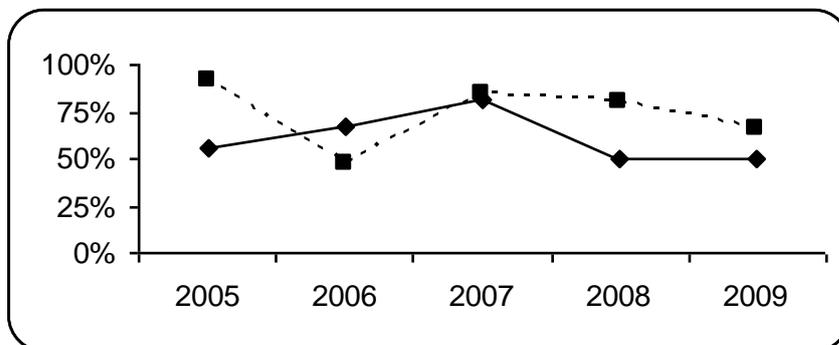
Fórmula.

$$\text{Eficácia II} = \left(\frac{\text{Nº de amostras c/conformidade - MS}}{\text{Nº total de Amostras analisadas - MS}} \right) \times 100 = (15/23) \times 100 = \mathbf{65,21\%}$$

$$\text{Eficácia III} = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras c/conformidade de outras UF}}{\text{N}^\circ \text{ total de Amostras analisadas de outras UF}} \right) \times 100 = (02/04) \times 100 = \mathbf{50\%}$$

Gráficos de Tendência

Percentual dos produtos que atendem aos padrões de qualidade.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

- a) Taxa de Conformidade na Produção de Bebidas;

Meta física realizada.

- a) Inspeção em estabelecimentos;
- b) Fiscalização em comércio;
- c) Colheita de amostras para análise.

Valor alcançado.

- a) Eficiência - Custo médio operacional anual por estabelecimento foi de: **R\$ 1.574,68**;
- b) Eficácia I - Valor alcançado de 93,93% de inspeções realizadas em relação às metas programadas;
- c) Eficácia II - Valor alcançado de 65,21% de amostras com conformidade oriundas de indústrias do Estado.
- d) Eficácia III - Valor alcançado de 50% de amostras com conformidade oriundas de outros Estados.

Avaliação do resultado.

De uma maneira geral, tendo em vista as dificuldades encontradas pela equipe de fiscais do SIPAG/Área de Bebidas, que é de número reduzido, sendo somente 02(dois), para atender toda a demanda de serviço, como registros de Estabelecimentos e Produtos, inspeção às Indústrias da capital e interior e realização de serviços burocráticos do setor, como preparar relatórios mensais, autuações, intimações, relatórios de processos, etc., em vista de os próprios fiscais realizarem os trabalhos burocráticos, por não contar com pessoal de apoio administrativo, com isso demandando muito tempo dos mesmos, acreditamos que apesar das dificuldades relatadas os resultados foram satisfatórios, no que diz respeito aos resultados obtidos, que constaram da programação de 2009. Os recursos financeiros, com o aumento dos valores das diárias, de certa forma também influenciaram nos resultados obtidos.

Disfunções detectadas.

Número reduzido de Fiscais Federais Agropecuários para atuarem na ação e inconstância na disponibilização de recursos durante o exercício.

Medidas implementadas.

Foram efetuadas 17 intimações e 04 autos de infração, que ocasionaram uma receita no valor de R\$ 31.904,62, sendo efetivamente recolhidos R\$ 8.000,00 e os processos remanescentes do valor citado foram encaminhados para inscrição em dívida ativa da União, para cobrança executiva. Foram registrados 04 novos estabelecimentos no ano de 2009.

Medidas a implementar.

Necessidade de Fiscais Federais Agropecuários para atuar nas atividades da presente ação.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Osvaldo Alves Rodrigues.

Responsável Técnico: Francisco Carlos Vianna de Souza.

2.4.8. Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Indicadores utilizados.

a) Numero de estabelecimentos comerciantes de alimentos fiscalizados;

b) Taxa de conformidade na classificação de alimentos.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Numero de estabelecimentos comerciantes de alimentos fiscalizados.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

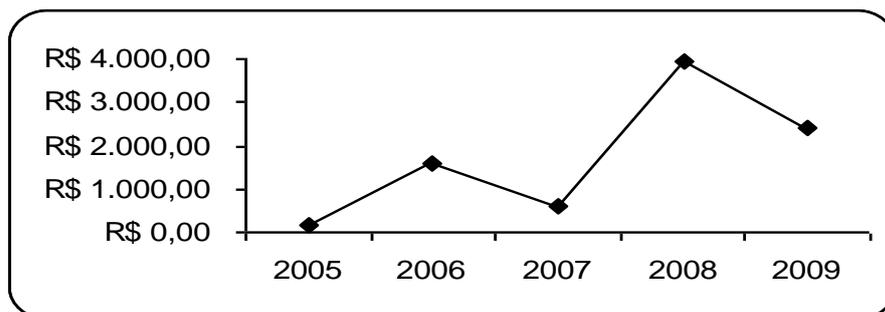
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Fiscalizações realizadas}} \right) = 336.172,98/141 = \mathbf{R\$ 2.384,20}$$

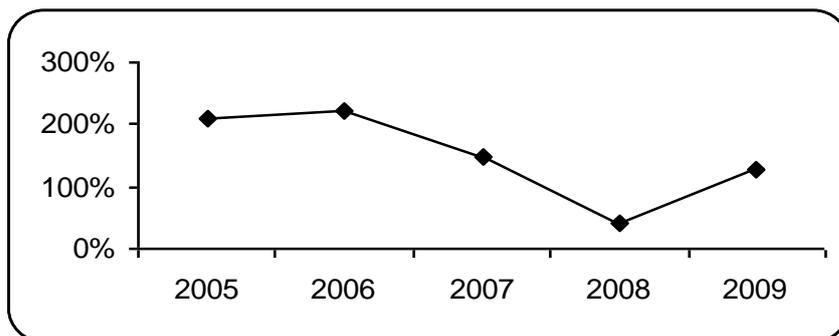
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Fiscalizações programadas}} \right) \times 100 = (141/110) \times 100 = \mathbf{128,18\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício



b) Nível de atendimento da metas programadas



Nome do indicador.

Taxa de conformidade na classificação de alimentos.

O que se pretende medir.

O percentual de produtos que atendem os padrões de qualidade.

Tipo de Indicador.

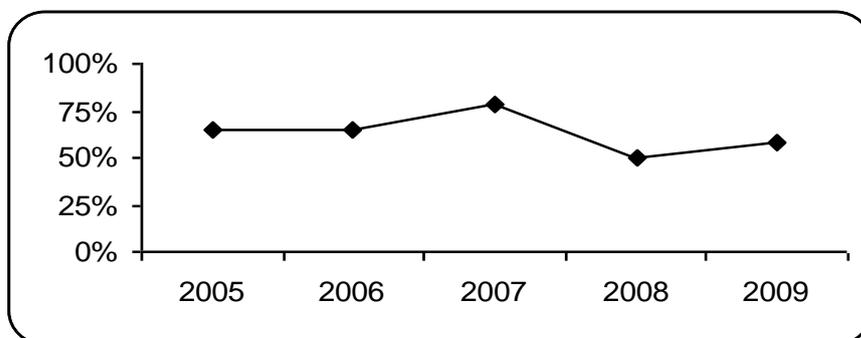
Eficácia

Fórmula.

$$\text{Eficácia II} = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade}}{\text{N}^\circ \text{ total de Amostras classificadas}} \right) \times 100 = (14/24) \times 100 = \mathbf{58,33\%}$$

Gráfico de Tendência

Percentual de produtos que atendem aos padrões de qualidade



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

- Numero de Estabelecimentos Comerciantes de Alimentos Fiscalizados;
- Taxa de Conformidade na Classificação de Alimentos.

Meta física realizada.

- Fiscalizações em estabelecimentos e Postos;
- Colheita de amostras classificadas com conformidade.

Valor alcançado.

- Eficiência – Custo médio operacional alcançado R\$ 2.384,20 por fiscalização;
- Eficácia I – Valor alcançado de 128,18% em relação às fiscalizações programadas;
- Eficácia II – Valor alcançado de 58,33% em relação ao total de amostras classificadas.

Avaliação do resultado.

O produto resultante da aplicação da fórmula (Total de Recursos Utilizados no PI PADCLASSIF dividido pelo Total de Fiscalizações) indica um valor menor do que o obtido no exercício anterior, resultado este que expressa diminuição do custo médio operacional por fiscalização e, portanto, aumento da eficiência.

No entanto, registramos que o valor dos Recursos Orçamentários e Financeiros descentralizados a SFA/MS, nem sempre é utilizado especificamente para a fiscalização de estabelecimentos em Mato Grosso do Sul, citando-se dentre outras utilizações:

1) Recursos orçamentários e financeiros que foram descentralizados para a SFA/MS no PI PADCLASSIF, no elemento de despesa 339039 para pagamento das despesas realizadas através do Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2008, de apoio operacional e laboratorial na Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico, possibilitando a classificação de produtos vegetais importados nas Unidades de Vigilância Agropecuária da SFA/MS, e sua posterior internalização, visto que a SFA/MS, não dispõe em seu quadro operacional de classificadores de produtos vegetais, em quantidade e qualificação suficientes para atender esta demanda e a classificação de produtos vegetais importados é obrigatória conforme dispõem a Lei nº 9972/2000, e o Decreto nº 6268/2007, que a regulamenta, sendo que, em seu Art. 8º, permite a contratação de tais serviços. No exercício de 2009, foram utilizados R\$ 270.674,20 para pagamento desse contrato citado.

Portanto, apesar de custeada pelo PI PADCLASSIF, a atividade de classificação vegetal de produtos importados não é executada pelos Fiscais Federais Agropecuários do SIPAG-SFA/MS, e sim pelo Serviço de Vigilância Agropecuária-SFA/MS. Conseqüentemente, tais despesas não se referem às atividades de fiscalização da classificação vegetal, e assim, não deveriam ser computadas no cálculo da Eficiência I.

2) Recursos orçamentários e financeiros que foram descentralizados para a SFA/MS no PI PADCLASSIF, nos elementos de despesas 339014 e 339033, para custear diárias e passagens aéreas para deslocamento de servidores da SFA/MS, que foram convocados pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV/SDA/MAPA para participarem de reuniões de trabalho em Brasília-DF e outras unidades da federação para a elaboração de instruções normativas e regulamentos técnicos para a regulamentação do Decreto nº 6.268. Os servidores da SFA/MS, pela reconhecida capacidade técnica e experiência, foram convocados para somarem esforços na elaboração de minutas de legislações para a regulamentação do Decreto nº 6.268, dentre outras.

3) Proposta de modificação do cálculo:

Abaixo se mostra o cálculo da “Eficiência I”, sem levar em consideração os itens 1 e 2 acima:

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Fiscalizações realizadas}} \right) = 336.172,98/141 = \text{R\$ } 2.384,20$$

Portanto, observando-se a fórmula acima, verifica-se que no TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS, somaram-se os valores descentralizados, não só para as atividades de fiscalização de estabelecimentos dentro do Mato Grosso do Sul, mas também para participação em reuniões administrativas em outras unidades da fiscalização e para pagamento das despesas realizadas através do Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2008, de apoio operacional e laboratorial na Classificação de Produtos Vegetais, seus Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico.

Diante das explicações expostas acima, queremos demonstrar às Autoridades que analisarem este Relatório de Gestão, que o valor unitário de R\$ 2.384,20, não reflete o custo efetivo por estabelecimento fiscalizado no Mato Grosso do Sul, na atividade de Fiscalização

da Classificação Vegetal. Apenas como demonstração, realizamos um levantamento dos valores efetivamente gastos nas fiscalizações realizadas, somando as despesas com diárias e combustível, sendo o valor unitário obtido de apenas R\$ 178,45; ou seja, apenas 7,48% deste valor, mesmo com o aumento do valor das diárias a partir de julho/2009. O índice alcançado em relação ao total de amostras classificadas não foi atingido, não indicando de modo algum, pouca efetividade no trabalho de fiscalização. O que ocorreu foi uma mudança de estratégia de fiscalização.

Em 23/11/2007, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto nº 6.268, e republicado em 12/12/2007, introduzindo novas exigências legais no universo da classificação vegetal. Assim, durante todo o exercício de 2008, tivemos que orientar os diferentes agentes desse enorme mercado

Em 31/03/2008 foi publicado no Diário Oficial da União, o novo Regulamento Técnico do Feijão, igualmente introduzindo nesse mercado, novos requisitos de identidade, qualidade, amostragem, normas de rotulagem, nos aspectos referentes à classificação vegetal. Como o feijão, junto com o arroz, são os principais produtos alvo da aferição de qualidade, igualmente foi necessário um amplo trabalho de orientação e adequação do mercado ao novo padrão.

Em 25/11/2009, o padrão do feijão sofreu nova alteração através da Instrução Normativa MAPA nº 56, de 24/11/2009

Quando ocorrem alterações nas legislações, existe uma fase de transição, onde um processo de fiscalização convive com duas regras.

Exemplo 1: Um feijão empacotado e exposto a venda, tem sua amostra coletada pela SFA/MS e realizada a sua classificação de fiscalização na vigência de um padrão. Durante a tramitação do processo de fiscalização, o padrão do feijão é alterado e assim, ocorre à convivência com dois padrões, ou seja, o revogado e o novo.

Exemplo 2: Um feijão está acondicionado em embalagem rotulada de acordo com o padrão anterior, e com a mudança do padrão, aquela rotulagem anterior precisa ser adequada às novas normas oficiais. Isso leva um tempo, devido ao estoque de embalagens que a empresa ainda detém.

Então, nessa fase de transição, diminuimos a coleta de amostras e a estratégia utilizada é intimar os diferentes agentes do mercado (embaladores, supermercados, atacadistas, produtores de cestas de alimentos, intermediários, etc), orientando-os sobre as novas regras e exigindo o cumprimento dentro de um prazo legal previamente estabelecido.

Essa estratégia citada resultou em 105 intimações para embaladores e 28 intimações para supermercados; buscando-se, não somente coibir e punir eventuais irregularidades, mas também orientar e estimular as empresas que beneficiam, embalam e comercializam produtos vegetais padronizados, a atenderem as especificações de qualidade e outros requisitos legais que a legislação exige, o que tornará mais efetiva as atividades de fiscalização da classificação vegetal no exercício de 2.010.

A publicação do Decreto nº 6.268/2007, trouxe uma série de inovações ao mercado e ainda projeta mudanças futuras e gradativas nas estratégias de fiscalização, nas formas de controle interno de qualidade pelos diferentes agentes do mercado, no regulamento técnico sobre credenciamento; e vislumbra-se que as coletas de amostras que realizamos de forma rotineira serão substituídas por auditorias de inspeção higiênico-sanitárias, dentre outras novidades que serão objeto de regulamentação através de legislações complementares a serem aprovadas pelo MAPA em 2010. Desta forma, vivenciamos ainda, uma fase de transição do que se praticava com o Decreto nº 3.664/2000 e o que passará a se praticar com o novo decreto.

Além do trabalho de orientação aos embaladores e supermercados, novas demandas surgiram em 2009, tais como:

a) inspeção e coleta de amostras de produto vegetal importado malte cervejeiro em Porto Murtinho/MS, em virtude do afastamento da colega FFA, devido a problemas de saúde;

b) fiscalização das empresas embaladoras de cestas básicas de alimentos em atendimento a solicitação da DIPOV/SDA/MAPA através de Fax circular DIPOV nº 13, de 10/07/2009;

c) Fiscalização da Classificação Vegetal em atendimento a demanda da Ouvidoria MAPA nº 32258.

Disfunções detectadas.

No exercício de 2009, registramos como disfunções relevantes que vem prejudicando o desenvolvimento das ações e trabalhos realizados, a reduzida equipe de fiscais federais agropecuários e de pessoal técnico de apoio a atividade (agente de atividades agropecuárias com formação em classificação vegetal), visto que contamos apenas com dois fiscais e um agente de atividades agropecuárias classificador.

Registramos ainda, que não dispomos de pessoal administrativo, necessitando com urgência de secretarias para os trabalhos administrativos. Até o final de exercício de 2008 contávamos com uma recepcionista terceirizada. A partir de janeiro de 2009, as recepcionistas terceirizadas não mais foram contratadas pela SFA/MS, com a promessa de que um Concurso Público resolveria essa deficiência. Através de Edital nº 01, de 29/10/2009, a Secretaria Executiva /MAPA iniciou o concurso público para provimento do cargo de Agente Administrativo, abrindo 257 novas vagas, mas NENHUMA destinada para a SFA/MS, sendo a maioria das vagas para a sede do MAPA em Brasília-DF.

Atualmente, os dois Fiscais Federais Agropecuários lotados na atividade de fiscalização da classificação vegetal, além das suas atribuições regimentais específicas, também realizam os trabalhos que deveriam ser executados pela área de apoio administrativo.

Medidas implementadas.

Nas atividades vinculadas a Ação de Padronização e Classificação de Produtos Vegetais, os Fiscais Federais Agropecuários e Classificadores, continuaram exigindo em 2009, dos fornecedores de produtos vegetais padronizados e das Entidades Credenciadas, o rigoroso cumprimento às exigências dispostas: na Lei Federal nº 9.972, de 25.05.2000, no Decreto nº 6.268 que a regulamenta e nas legislações complementares.

O trabalho educativo realizado junto aos fornecedores de produtos vegetais padronizados e as ações punitivas contra os infratores geraram excelentes resultados, sendo que das amostras coletadas para aferição de qualidade, temos o seguinte histórico de evolução:

a) Em 2005, obtivemos uma taxa de conformidade de 54,05% com as especificações de qualidade enunciadas na rotulagem.

b) Em 2006, a taxa de conformidade passou para 65,38%.

c) Em 2007, a taxa de conformidade apresentou uma evolução significativa, apresentando-se com 78,60%.

d) Em 2008, taxa de conformidade de 50,00%.

e) Em 2009, a taxa de conformidade foi de 58,33%.

Para que os processos administrativos de fiscalização da classificação vegetal sejam constituídos, conduzidos, manuseados, analisados e relatados, o SIPAG/SFA/MS – Classificação Vegetal possui um Manual de Procedimento Padrão para o Processo de Fiscalização da Classificação Vegetal, que já se encontra em sua segunda edição, devidamente atualizado com o Decreto Federal nº 6.268/2007. Nesta edição do citado

manual consta também a Portaria Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) SLTI/MP nº 5, de 19/12/2002, republicada no Diário Oficial da União de 09/01/2003, que dispõe sobre os procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo, no âmbito da Administração Pública Federal, para os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG. O manual foi redigido pelo Fiscal Federal Agropecuário Yoshio Fugita tendo como co-autor e assessor jurídico, o Dr. Olavo da Silva Oliveira Neto, Advogado da União, e coordenador-substituto do NAJ de Campo Grande/MS. O referido manual está sendo utilizado em todo o país.

Realizamos gestões junto ao Coordenador Geral da Qualidade Vegetal/MAPA, junto ao Diretor da DIPOV/SDA/MAPA e junto ao Coordenador Geral de Apoio às SFA's/CGAS/SE/MAPA em Brasília-DF, encaminhamos documentos mostrando a situação em que nos encontramos, e solicitando o apoio dessas autoridades para a realização de concurso público para a contratação de Agente de Atividades Agropecuárias com formação de Técnico Agrícola do 2º grau, para posteriormente, serem habilitados como classificadores fiscais.

Em termos de liberação de crédito orçamentário e financeiro para a SFA/MS no PI PADCLASSIF, recebemos total apoio do Coordenador da CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, Fernando Guido Penariol, e do Diretor da DIPOV/SDA/MAPA, Maçao Tadano, e de sua equipe de trabalho.

Tanto é que encontramos-nos, agora, bem equipados, com um veículo caminhonete para transporte de produtos apreendidos e com uma VAN que em 2007 foi transformado em Unidade Volante de Fiscalização da Qualidade Vegetal, sendo utilizada nas fiscalizações realizadas no exercício de 2.009, a qual trouxe maior agilidade e autonomia nas fiscalizações realizadas no interior do Estado. A referida Unidade Volante é a unidade piloto do País, e até o presente momento, a única no País para a fiscalização da classificação vegetal, e seu projeto foi idealizado pelos próprios Fiscais Federais Agropecuários Cícero Estevão de Sousa e Yoshio Fugita e pelos classificadores: Osvaldo Mandacari Escobar, Ademir José Veiga Mota e José Aparecido de Lucena. Foi adquirido também em 2008, um veículo FIAT Doblô Adventure para a fiscalização dos postos de classificação vegetal das entidades credenciadas.

A SFA/MS adquiriu em 2.006, equipamentos de informática, e os Fiscais e Classificadores passaram em 2007, 2008 e 2009, a utilizar notebook's nas ações fiscais, em substituição à prancheta e caneta, tornando mais ágil a ação de fiscalização nos estabelecimentos comerciais.

Importante salientar que todo esse projeto de investimento e de modernização das ações fiscais, foi preparado pelos próprios servidores acima citados, mostrando que não são servidores passivos e omissos, e evidenciando o quanto estão focados na busca da excelência na prestação dos serviços públicos.

Medidas a implementar.

Com a assinatura e publicação do Decreto nº 6.268, em 22.11.2007, tornou-se necessária a elaboração de instruções normativas e regulamentos técnicos para a sua regulamentação; com este objetivo, foram constituídos grupos de trabalho, que inicialmente vinham trabalhando de maneira informal, sendo que em 09.12.2008, foi publicado no Diário Oficial da União, a Portaria do Ministro da Agricultura nº 1185, de 08.12.2008, formalizando a constituição de sete grupos de trabalho e suas respectivas áreas de atuação em termos de regulamentação deste decreto. Este trabalho teve continuidade em 2009, sendo realizadas reuniões em Brasília – DF, e em outras unidades da federação, convocadas pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, com a participação dos Fiscais Federais Agropecuários Cícero

Estevão de Sousa, membro do subgrupo que está elaborou o Regulamento Técnico de Credenciamento (minuta em consulta pública finalizada) e o Fiscal Federal Agropecuário Yoshio Fugita assessor do Coordenador Geral com a atribuição de analisar todas as minutas de regulamentos técnicos preparadas pelos sete subgrupos.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Osvaldo Alves Rodrigues.

Responsável Técnico: Cícero Estevão de Sousa.

2.4.9. Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de Fiscalizações em propriedades de cultivo de algodão, milho e campos de pesquisa de OGM.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o nível de atendimento da metas programadas.

Tipo de Indicador.

Eficiência e Eficácia.

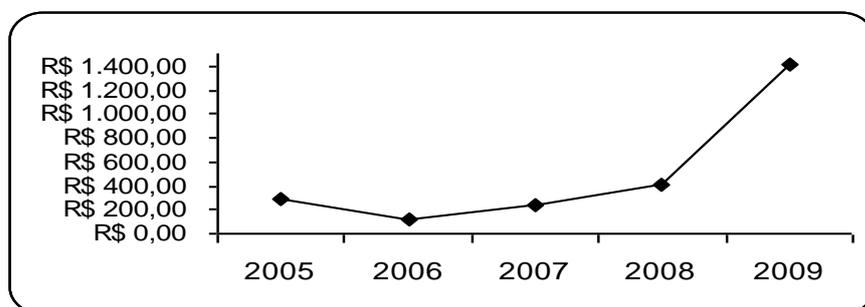
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}} \right) = 132.888,32/94 = \mathbf{R\$ 1.413,70}$$

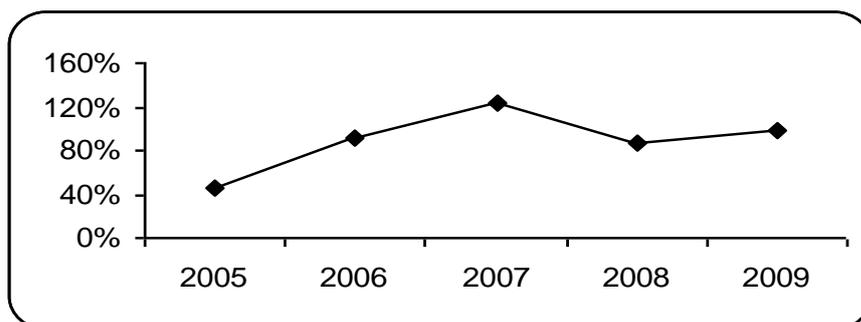
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \right) \times 100 = (94/95) \times 100 = \mathbf{98,94\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Nº de Fiscalizações em propriedades de cultivo com algodão, milho e campos de pesquisa de OGM.

Meta física realizada.

Fiscalização em propriedade de algodão, milho e campos de pesquisa de OGM.

Valor alcançado.

- Eficiência - Custo médio operacional alcançado por fiscalização em propriedades com algodão, milho, e campos de pesquisa de OGM, foi de R\$ 1.413,70;
- Eficácia - Valor alcançado de 98,94% das fiscalizações em propriedades de algodão, milho e campos de pesquisa de OGM, em relação às metas programadas.

Avaliação do resultado.

O custo operacional por fiscalização com Organismos Geneticamente Modificados foi muito maior que em anos anteriores. Tal fato deve-se ao investimento realizado com a compra de matérias permanentes, como camionete, notebooks e máquina fotográfica digital, importantíssimos para as ações de fiscalização.

Outro fator que contribuiu para o aumento do custo médio operacional é que o MAPA está custeando o curso de Especialização Lato Sensu em Biotecnologia, na Universidade Federal de Lavras/MG, bem como diárias e passagens aéreas, para um Fiscal Federal Agropecuário.

Disfunções detectadas.

A aquisição de Kits de detecção foi realizada pela Coordenação de Biossegurança em Brasília, porém um dos eventos liberados, o Herculex, ainda não possui tais Kits adquiridos pelo MAPA.

Medidas implementadas.

Aumento da meta de fiscalização em função da liberação do milho transgênico, cuja área (de milho) é expressiva em Mato Grosso do Sul, como mencionado no relatório de 2008.

Medidas a implementar.

Com o aumento do uso da tecnologia de milho transgênico por parte do produtor rural, haverá necessidade de se intensificar a fiscalização nesta cultura.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Élvio Pattat Cazola.

Responsável Técnico: Ricardo Hilman.

2.4.10. Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de hectares com certificação orgânica.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o cumprimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores

Eficiência e eficácia.

Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Hectares c/ certificação orgânica.}} \right) = 26.830,54/0=0$$

$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Hectares certificados}}{\text{Total de Hectares programados}} \right) \times 100 = (0/20.000) \times 100 = 0$$

Gráficos de Tendência

Não existem dados para a formação de gráficos.

Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Taxas de Participação dos Alimentos Orgânicos no Total da Produção Agropecuária.

Meta física realizada.

As metas físicas programadas foram impossibilitadas de serem realizadas.

Valor alcançado.

Não existem dados suficientes para o cálculo do valor alcançado, devido a não realização das metas programadas.

Avaliação do resultado.

Não houve a realização das metas físicas programadas em virtude da regulamentação da Lei nº 10.831, de 23/12/2003 pelo Decreto nº 6323, de 27/12/2007, prever em seu artigo 115, um tempo de até dois anos a partir da publicação do citado decreto para os setores envolvidos promoverem a efetiva adequação à nova legislação, assim, até a presente data, não se certificou nenhum produto, área ou produtor orgânico no Estado de Mato Grosso do Sul.

Disfunções detectadas.

A demora na regulamentação final dos normativos que nortearão as funções do MAPA como entidade oficial na certificação de produtos e produtores orgânicos, assim como o prazo estabelecido para adequação dos setores envolvidos na cadeia da produção orgânica podem ser apontados como principais fatores para explicar a inércia do setor para sua regularização junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o exercício de suas atividades.

Medidas implementadas.

Em 2009, foram realizadas 04 (quatro) reuniões da Comissão de Produção Orgânica do Estado de Mato Grosso do Sul, na sede desta SFA/MS, com o objetivo de implementar a legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a produção orgânica, bem como para a tomada de ações para o desenvolvimento destas atividades no Estado.

Foram realizadas no decorrer de 2009, em relação ao fomento da produção orgânica no Estado:

- Realização da V Semana dos Alimentos Orgânicos no auditório do SEBRAE de Campo Grande/MS no mês de maio de 2009;
- Participação pela quarta vez, como membro da CPORG/MS, juntamente com produtores/técnicos da APOMS, da BIOFACH/EXPOSUSTENTAT BRASIL EDICAO 2009, em São Paulo, expondo produtos produzidos no estado;
- Participação a convite da UFMS/UCDB de reunião do Projeto MCT/MDS/CNPq – Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD/MS. O convite ocorreu em função da participação desta SFA/MS junto a alguns municípios onde estão sendo desenvolvidas ações do PROORGANICO, e em função disso, solicitaram a nossa presença, para colaborar na elaboração dos produtos do projeto;
- Participação de reunião em Dourados com a APOMS E ASSENTAMENTO ITAMARATI e em Sete Quedas a convite do CONSAD /IGUATEMI de reunião da executiva e fazer palestra sobre as ações e parcerias da CPORG/MS;
- Participação de Reunião do CONSAD/IGUATEMI fazer uma pequena abordagem sobre o projeto em parceria com a UFMS/UCDB e proferir palestra sobre produtos orgânicos;
- Participação como membro da CPORG/MS do trabalho de fomento de produtos orgânicos, juntamente com produtores/técnicos da APOMS, no município de CAMPINAS DO SUL, próximo a ERECHIM/RS, em visita técnica junto a COOPASUL, que desenvolve um programa de homeopatia e fitoterapia na produção orgânica de leite;
- Participação do Curso de Elaboração de Projetos promovido pela Agencia de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados, fazendo duas breves palestras: sobre os possíveis programas de governo a serem negociados com o MAPA e sobre os Mecanismos de Certificação da Produção Orgânica a partir de janeiro próximo;
- Participação como membro da CPOrg/MS de viagem técnica do Território da Cidadania da Grande Dourados, juntamente com produtores de diversos municípios e técnicos da APOMS, AGRAER, SECAF ao município de FRANCISCO BELTRAO e circunvizinhos para troca de experiências com as ONGS – CAPA e ASSESSOAR que desenvolvem o trabalho de certificação participativa na região sul do país, tendo como estrutura básica os fundamentos da REDE ECOVIDA;

- Participação a convite da APOMS do Seminário de avaliação do Projeto de Implantação do Curso de Tecnologia em Agroecologia a ser criado na UEMS, unidade de Glória de Dourados, com apoio de diversos parceiros. O convite ocorreu em função da participação da CPOrg desta SFA/MS junto aos municípios onde estão sendo desenvolvidas ações do PROORGANICO, e em função disso, solicitaram a nossa presença, para colaborar na elaboração dos produtos do projeto;
- Participação a convite da APOMS da reunião de lançamento da Cooperativa de Produtores de Orgânicos do Mato Grosso do Sul;
- Participação a convite do CONSAD SERRA DA BODOQUENA da implantação da UNIDADE DE PRODUÇÃO COLETIVA do programa de Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, no município de Guia Lopes da Laguna, programa esse que está direcionado para uso da metodologia da produção orgânica;
- Participação da reunião entre o novo corpo de técnicos da Prefeitura de Jaraguari e produtores orgânicos do município na tentativa de promover fomento da produção de orgânicos e estabelecer um cronograma de ações visando à estruturação de ações sociais, merenda escolar e melhoramento da economia do município com base na agricultura sustentável;
- Promoção e participação de reunião entre os técnicos da KORIN – REGINALDO MORIKAWA GERENTE GERAL e LUIZ CARLOS DEMATTE FILHO- GERENTE INDUSTRIAL, e os produtores de orgânicos do Assentamento Itamaraty na tentativa de promover fomento da produção de grãos de orgânicos e estabelecer a comercialização desses produtos com o comércio de outros estados do país;
- Participação de reuniões com as Prefeituras de Guia Lopes da Laguna, Bela Vista e Caracol para fechamento dos grupos de famílias que irão participar das hortas comunitárias orgânicas, através do PROJETO PAIS objeto de acordo MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL para os Consórcios Municipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD;
- Participação em Naviraí de reuniões com o CONSAD, UNISOL e associação de produtores, fazer palestra sobre as novidades na produção orgânica do estado e as alternativas da certificação orgânica;
- Participação como membro da CPOrg/MS no trabalho de fomento de produtos orgânicos, juntamente com produtores da APOMS no IV SALAO NACIONAL DO TURISMO, no ANHEMBI, em SÃO PAULO e, em SÃO BERNARDO DO CAMPO do 2º CONGRESSO NACIONAL DA UNISOLBRASIL – CENTRAL DE COOPERATIVAS e EMPREENDIMENTOS SOLIDARIOS;
- Iniciação do processo de formação de banco de sementes de adubos verdes nos Assentamentos Taquaral e Tamarineiro no município de Corumbá através de reuniões para informar aos produtores condições do Programa Banco

Comunitário de Sementes de Adubos Verdes e entrega de sementes à responsável da entidade parceira na execução do programa;

- Planejamento junto a entidades parceiras a distribuição das sementes de adubos verdes da segunda remessa recebida e acompanhar atividades do convênio entre MAPA e APOMS para apoio à formação de bancos de sementes de adubos verdes no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Distribuição nas entidades parceiras do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes as sementes de adubos verdes da segunda remessa recebida e acompanhar atividades do convênio entre MAPA e APOMS para apoio à formação de bancos de sementes de adubos verdes no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Participação de reunião com a SECAF, empresa executora das ações da APOMS no convênio firmado com o Ministério, para acompanhamento das ações do banco comunitário de sementes de adubos verdes e visitas a Fazenda Itamarati para visitação de lotes onde estão sendo implantados os programas.

Medidas a implementar.

Ampla divulgação junto à sociedade sul-mato-grossense, em especial, aqueles que de alguma forma tenham envolvimento na cadeia da produção orgânica, sobre a legislação existente, assim como seu amplo debate, visando à adequação da atividade as normas legais vigentes.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Celso de Souza Martins.

Responsável Técnico: Fábio Akio Mizote.

2.4.11. Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Número de fiscalizações em estabelecimentos operadores em aviação agrícola com registro no MAPA.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

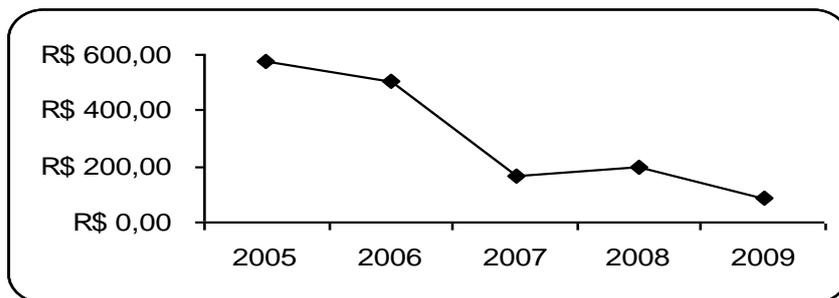
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de fiscalizações realizadas}} \right) = 4.712,24/55 = \mathbf{R\$ 85,67}$$

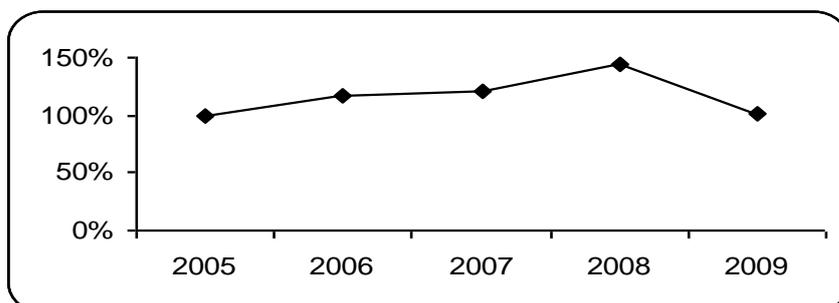
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de fiscalizações realizadas}}{\text{Total de fiscalizações programadas}} \right) \times 100 = (55/54) \times 100 = \mathbf{101,85\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício



b) Nível de atendimento das metas



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

Número de estabelecimentos operadores em aviação agrícola com registro no MAPA.

Meta física realizada.

Fiscalização em estabelecimento operador em aviação agrícola com registro no MAPA.

Valor alcançado.

- Eficiência – Custo médio operacional anual alcançado de **R\$ 85,67** por fiscalização em estabelecimento de aviação agrícola;
- Eficácia - Valor alcançado de **101,85%** em relação ao nível de atendimento de metas programadas.

Avaliação do resultado.

Alcançou-se 101,85% referente ao nível de atendimento de metas programadas decorrência da liberação de recursos em tempo oportuno, gerando 55 fiscalizações em 30 estabelecimentos. Em decorrência das fiscalizações foi gerado 01 auto de infração, que se encontra em andamento.

Encontra-se registrado no Estado 25 empresas prestadoras de serviços, destas 02 não se encontram em atividade, 01 solicitou encerramento da atividade, e 02 se registraram.

Foram fiscalizadas 22 empresas, sendo 21 com registro no Estado e 01 em andamento, e a fiscalização de 08 empresas de outros Estados.

Disfunções detectadas

No exercício de 2009, não houve disfunções dignas de serem ressaltadas, tendo em vista que os recursos foram alocados oportunamente e a meta prevista foi totalmente atingida.

Medidas implementadas.

Houve a participação do Responsável Técnico, no encontro Nacional de Aviação Agrícola, e Congresso de Aviação Agrícola.

Medidas a implementar.

Faz se necessário programar a realização de Curso de Executores em Aviação Agrícola, tendo em vista a obrigatoriedade do Técnico Executor em acompanhar a atividade aeroagrícola.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Sérgio Paulo coelho.

Responsável Técnico: Aldo Wagner Beraldo.

2.4.12. Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudás.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Nº de Fiscalizações de campos e em estabelecimentos de sementes e mudas.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

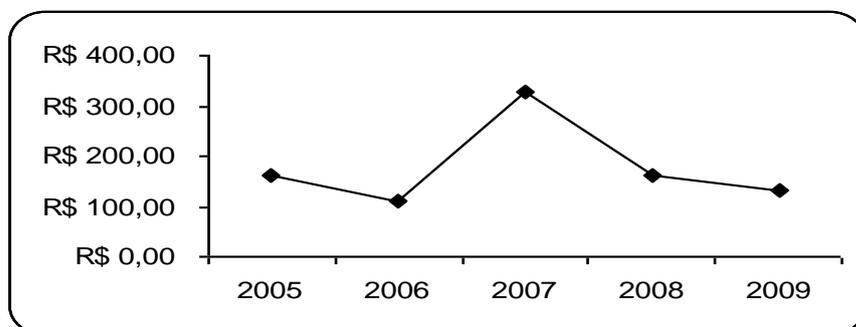
Fórmula.

$$\text{Eficiência} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Fiscalizações realizadas}} \right) = 359.105,79/2.728 = \mathbf{R\$ 131,64}$$

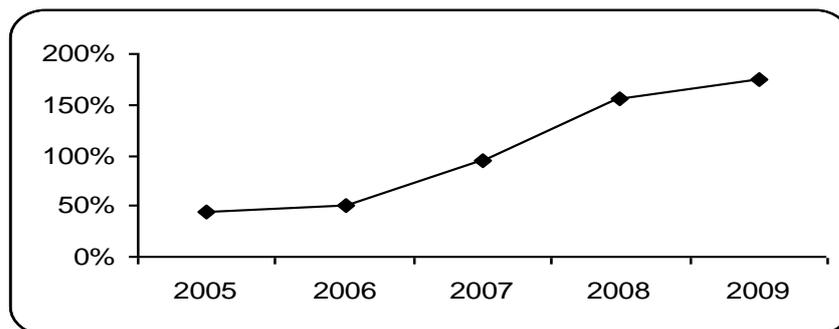
$$\text{Eficácia} = \left(\frac{\text{Total de fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Fiscalizações programadas}} \right) \times 100 = (2.728/1.553) \times 100 = \mathbf{175,66 \%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

- Número de fiscalizações em estabelecimentos de sementes e mudas;

Meta física realizada.

- Fiscalização em estabelecimento produtores e comerciantes de sementes e mudas;

Valor alcançado.

a) Eficiência – Custo médio operacional alcançado de R\$ 131,64 por fiscalização de campo e em estabelecimento de sementes e mudas;

b) Eficácia - Valor alcançado de 175,66 % em relação às fiscalizações programadas em campos e em estabelecimentos de sementes mudas.

Avaliação do resultado.

O n° de fiscalizações realizadas ficou acima do programado, atingindo 175,86%, devido ao fato de muitas ações terem demandado várias outras diligências que se traduziram em mais ações de fiscalização.

Por outro lado houve diminuição no valor do custo médio operacional por fiscalização, alcançando o valor de R\$ 131,64, devido ao fato de muitas das diligências terem sido realizadas no município sede da SFA/MS, com menores gastos com deslocamento e, também, devido ao fato de não se ter realizado o gasto previsto com material permanente.

Em decorrência dos trabalhos de fiscalização desenvolvidos, foram lavrados 199 autos de infração, aplicadas 10 penas de advertência e 124 penas de multa, no valor total de R\$ 5.496.863,99, sendo recolhidos R\$ 389.217,85 administrativamente e enviados R\$ 2.208.623,22 para cobrança executiva. Outros R\$ 8.254.623,22 em multas, aplicadas desde 2006 – incluídos os valores enviados em 2009, se encontram na Procuradoria da Fazenda Nacional, em cobrança executiva. Partes das penas aplicadas se referem a processos administrativos iniciados em anos anteriores e concluídos em 2009, assim como existem processos iniciados em 2009 e que somente serão concluídos a partir de 2010.

A relação entre o n° de autos de infração lavrados e o n° de fiscalizações realizadas foi de 7,29%, que foi menor que a de 2008 (9,51%).

Disfunções detectadas

Não houve.

Medidas implementadas.

Não houve.

Medidas a implementar.
Não houve.

Responsáveis:
Coordenador Estadual da Ação: Sérgio Paulo Coelho
Responsável Técnico: Nelsom Akira Matsuura.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.
Nome do indicador.
Número de fiscalizações em estabelecimentos.
O que se pretende medir.
A relação custo/benefício e o atendimento das metas programadas.
Tipo de Indicadores.
Eficiência e eficácia.

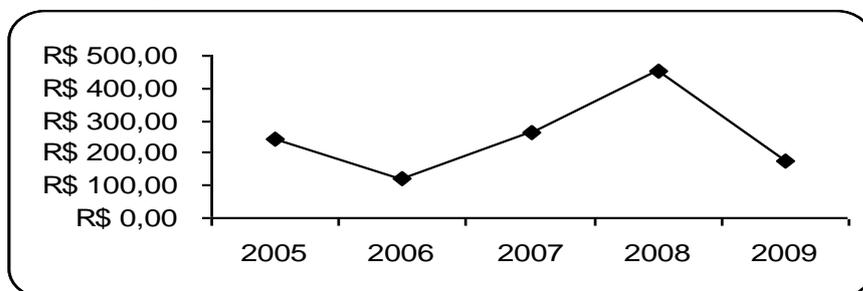
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Fiscalizações realizadas}} \right) = 23.177,70/134 = \mathbf{R\$ 172,96}$$

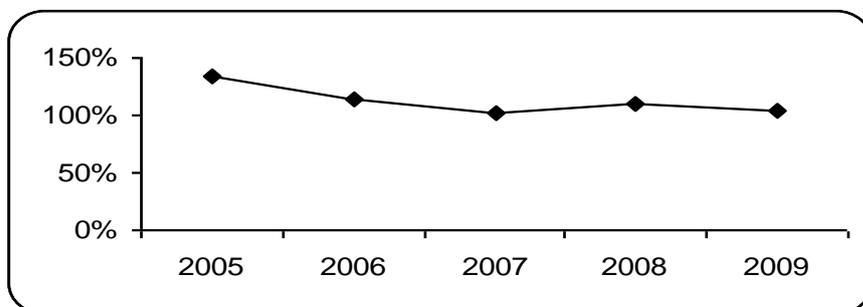
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Fiscalizações Programadas}} \right) \times 100 = (134/130) \times 100 = \mathbf{103,07\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/benefício



b) Nível de atendimento das metas.



Nome do indicador.
Taxa de conformidade de produtos destinados à alimentação animal.

O que se pretende medir.

O percentual de produtos que atendem os padrões de qualidade.

Tipo de Indicador.

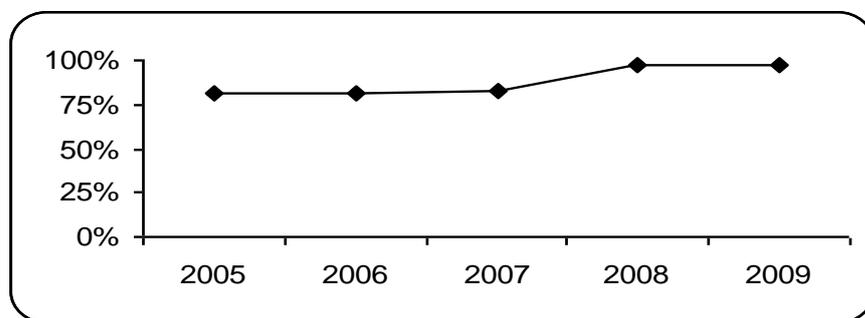
Eficácia.

Fórmula.

$$\text{Eficácia II} = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade}}{\text{N}^\circ \text{ total de Amostras analisadas}} \right) \times 100 = (183/189) \times 100 = \mathbf{96,82\%}$$

Gráfico de Tendência

Percentual de produtos que atendem aos padrões de qualidade.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

a) Número de fiscalizações em estabelecimentos;

b) Taxa de Conformidade de Produtos destinados à Alimentação Animal.

Meta física realizada.

a) Fiscalização em estabelecimento;

b) Colheita de amostras com análises realizadas com conformidade.

Valor alcançado.

a) Eficiência I - Custo médio operacional alcançado de R\$ 172,96 por fiscalização;

b) Eficácia I - Valor alcançado de 103,07% em relação às fiscalizações programadas;

c) Eficácia II - Valor alcançado de 96,82% em relação ao total de amostras analisadas.

Avaliação do resultado.

O custo médio operacional anual avaliado em R\$ 172,96 por estabelecimento fiscalizado da Ação – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal está um pouco acima do valor programado para o ano de 2009 de R\$ 156,92, porém em face do reajuste no valor das diárias e da realização de fiscalizações além da programação previamente estipulada, o valor se encontra acima do programado.

A taxa de conformidade de produtos destinados à alimentação animal de 96,82% está dentro de um padrão razoável, reflexo da aplicação do novo Regulamento de Inspeção e Fiscalização Obrigatórias de Estabelecimentos e Produtos Destinados à Alimentação Animal e a cobrança e fiscalização intensiva do Ministério da Agricultura na implementação das Boas Práticas de Fabricação nas indústrias do setor.

O trabalho dos Fiscais Federais Agropecuários e do Agente de Atividade Agropecuária do Serviço de Fiscalização Agropecuária na área de alimentos para animais alcançou resultados satisfatórios se comparado aos exercícios anteriores.

Deve ser ressaltado o suporte do quadro administrativo da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul e o respaldo da Coordenação de Produtos Destinados à Alimentação Animal do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários do Ministério da Agricultura em Brasília-DF.

Disfunções detectadas

Não foram encontradas disfunções no serviço executado.

Medidas implementadas.

Foram realizadas 14 apreensões de produtos irregulares, lavrados 22 autos de infração e aplicadas 21 multas, arrecadando-se R\$ 34.436,00 no ano de 2009.

Medidas a implementar.

Realizar auditorias para verificar o controle da qualidade das empresas e a aplicação das Boas Práticas de Fabricação.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Sérgio Paulo Coelho

Responsável Técnico: Mário Márcio Arakaki Rabelo.

2.4.14. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Parâmetros de gestão utilizados nos indicadores.

Nome do indicador.

Número de Fiscalizações em estabelecimento produtor ou comerciante de fertilizante, corretivo e inoculantes.

O que se pretende medir.

A relação custo/benefício e o atendimento das metas programadas.

Tipo de Indicadores.

Eficiência e eficácia.

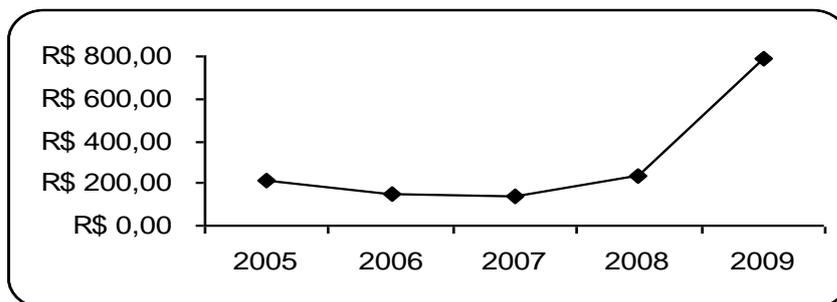
Fórmula.

$$\text{Eficiência I} = \left(\frac{\text{Total de Recursos utilizados}}{\text{Total de Fiscalizações realizadas}} \right) 107.145,53/136 = \mathbf{R\$ 787,83}$$

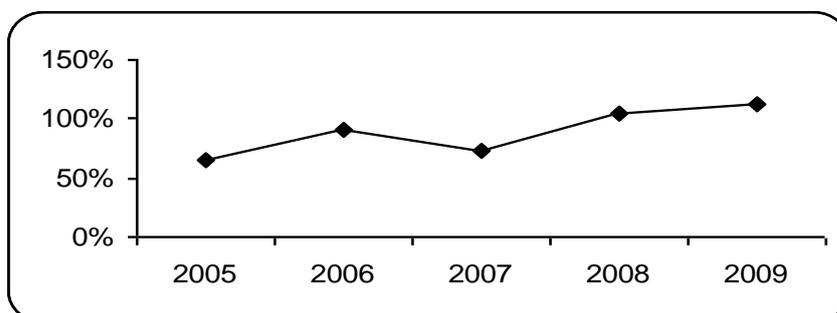
$$\text{Eficácia I} = \left(\frac{\text{Total de Fiscalizações realizadas}}{\text{Total de Fiscalizações programadas}} \right) \times 100 = (136/120) \times 100 = \mathbf{113,33\%}$$

Gráficos de Tendência

a) Relação custo/Benefício.



b) Nível de atendimento das metas.



Nome do indicador.

Taxa de conformidade de fertilizantes e corretivos agrícolas.

O que se pretende medir.

O percentual de produtos que atendem os padrões de qualidade oferecidos na embalagem.

Tipo de Indicador.

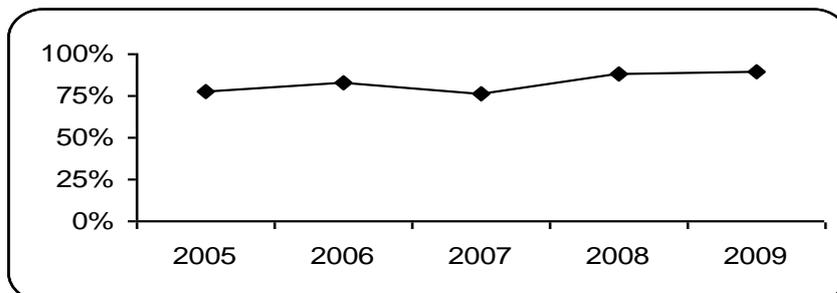
Eficácia

Fórmula.

$$\text{Eficácia II} = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de amostras em conformidade}}{\text{N}^\circ \text{ total de colheitas de amostras}} \right) \times 100 = \left(\frac{189}{210} \right) \times 100 = \mathbf{90,00\%}$$

Gráfico de Tendência

Percentual dos produtos que atendem aos padrões de qualidade.



Análise crítica do resultado alcançado.

Indicadores utilizados na análise.

- a) Numero de Fiscalizações em estabelecimento produtor ou comerciante de fertilizante, corretivo e inoculantes;
- b) Taxa de conformidade de corretivos e fertilizantes agrícola.

Meta física realizada.

- a) Fiscalizações em estabelecimentos Produtor ou Comerciante de Fertilizantes, corretivos e inoculantes;
- b) Colheita de amostras para na análise fiscal.

Valor alcançado.

- a) Eficiência – Custo médio operacional alcançado de R\$ 787,83 por fiscalização em estabelecimento produtor ou comerciante de fertilizante, corretivo e inoculante;
- b) Eficácia I – Valor alcançado de 113,33% em relação às fiscalizações programadas em estabelecimentos produtores ou comerciantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes;
- c) Eficácia II – Valor alcançado de 90,00% com conformidade em relação ao total de amostras analisadas de fertilizante, corretivo e/ou inoculante.

Avaliação do resultado.

A meta programada de fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais foi plenamente atingida, bem como a meta para coleta de amostras para os fertilizantes minerais sólidos e líquidos, orgânicos sólidos e os corretivos.

A taxa de conformidade 90,00% ficou mais alta que o ano anterior devido a uma pequena diminuição das deficiências encontradas nos fertilizantes minerais mistos e nos fertilizantes líquidos, porém houve uma menor taxa nos corretivos.

Na ação que envolve a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes foram adotadas medidas que resultaram, na coleta de 208 amostras de fertilizantes, corretivos e inoculantes para análise fiscal, no julgamento em 1ª instância de 20 processos e 02 processos julgados em 2ª Instância, na emissão de 19 Autos de Infração, apreensão de 25 toneladas de produtos (fertilizante mineral sólido), aplicação de 20 multas, com geração de receita no valor de R\$ 109.725,77, valores recebidos relativos a 16 multas pagas, R\$ 1.000,00 de valores pendentes de pagamento relativos a 1 multa e R\$ 20.974,81 de valores encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para a cobrança executiva, relativos a 3 multas.

Houve um aumento no gasto com diárias em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento no valor da mesma no decorrer do ano, passando de R\$ 103,08 para R\$ 177,00, ou seja, um aumento de 71,71%, impactando o custo da fiscalização no 2º semestre, momento em que há aumento no número de viagens tendo em vista a sazonalidade do produto (fertilizante mineral sólido).

A grande diferença, porém no custo da fiscalização (item a – eficiência), foi ocasionada pela descentralização e utilização do recurso na fonte 449052 (investimento), para aquisição de um veículo para utilização na fiscalização (FIAT DOBLO), dentro da política de renovação da frota, tendo sido utilizado um valor de R\$ 59.389,07. Ao retirarmos esse valor do cálculo da eficiência a mesma cai para R\$ 351,15, e a diferença entre esse valor do custo da fiscalização e o custo do ano anterior é com certeza devido ao aumento dos valores das diárias.

Com relação ao suprimento (339030), houve uma diminuição do gasto, tendo em vista a utilização do apoio operacional junto às unidades descentralizadas (UTRA e

UVAGRO), ou seja, despesas que são arcadas pela Superintendência, parcialmente amenizadas com compensação nessa mesma fonte e em outras fontes que aumentaram como a 339039, por exemplo, repassadas com a finalidade de repor o que a Superintendência gasta com o abastecimento e compra de peças para os veículos da fiscalização, tendo em vista que os mesmos saem abastecidos para os trabalhos de fiscalização e dentro das possibilidades, são abastecidos no interior do estado, por meio do apoio das unidades regionais (UTRA e UVAGRO).

Disfunções detectadas.

Aumento no custo da fiscalização em relação ao ano anterior, mas justificáveis devido ao cumprimento de metas e ao aumento nos valores das diárias e principalmente com os investimentos para a aquisição de veículo.

Medidas implementadas.

Renovação da frota de fiscalização com a aquisição de mais um veículo (Fiat Doblo). Quase inexistente disparidade entre o número de amostras programadas e o realizado.

Medidas a implementar.

O ano de 2010 se caracterizará pela grande quantidade de solicitações de renovação de registros de estabelecimentos, que foram em sua maioria renovados no ano de 2005, tendo validade por cinco anos.

Alguma disparidade em relação ao número de amostras programadas e realizadas continua, pois é mais difícil prever com exatidão o tamanho médio das amostras.

Continuar a efetuar as fiscalizações em estabelecimentos produtores e comerciais conforme a programação e levando em consideração também, as solicitações de renovação de registro de estabelecimentos.

Solicitar mais um técnico para atuar na fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, tendo em vista o aumento concreto de novos estabelecimentos produtores e outros que provavelmente se instalarão no decorrer do ano e para atender as necessidades de aumento do serviço interno (controle das importações de matérias primas e registros de produto), demanda originada pelos estabelecimentos já registrados e novos.

Responsáveis:

Coordenador Estadual da Ação: Sérgio Paulo Coelho.

Responsável Técnico: Marcelo Assis Lemos.

2.5 - Programação Orçamentária

a) Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	Não se aplica					
	PLOA						
	LOA						
EDJ TO	Suplementares						

	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

b) Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	Não se aplica					
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

c) Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	Não se aplica					
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total							

d) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	Não se aplica				
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

2.6 - Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA:		Denominação:				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		Não se aplica				
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

2.7 - Evolução de Gastos Gerais

a) Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	2.376.685,27	2.461.551,70	2.376.685,27	2.461.551,70
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	497.998,88	69.342,00	497.998,88	69.342,00
Concorrência	379.610,73	-	379.610,73	-
Pregão	1.499.075,66	2.392.209,70	1.499.075,66	2.392.209,70
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	604.425,02	654.117,04	604.425,02	654.117,04
Dispensa	322.233,97	345.156,57	322.233,97	345.156,57
Inexigibilidade	282.191,05	308.960,47	282.191,05	308.960,47
Regime de Execução Especial	92.381,77	103.629,93	92.381,77	103.629,93
Suprimento de Fundos	92.381,77	103.629,93	92.381,77	103.629,93
Pagamento de Pessoal	611.755,82	785.785,55	611.755,82	785.785,55
Pagamento em Folha	4.403,35	7.320,43	4.403,35	7.320,43
Diárias	607.352,47	778.465,12	607.352,47	778.465,12
Outros	-	-	-	-

b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	4403,35	7320,43	4403,35	7320,43	-	-	-	-
339008	4.403,35	7.320,43	4.403,35	7.320,43	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	10.634.025,95	8.774.734,35	10.413.827,14	8.594.825,99	220.198,81	179.908,36	10.401.045,66	8.580.361,51
333041	7.519.066,00	5.223.692,74	7.519.066,00	5.223.692,74	-	-	7.519.066,00	5.223.692,74
339039	722.019,31	1.106.100,96	642.633,92	1.015.014,57	79.385,39	91.086,39	642.282,92	1.015.014,57
339014	607.352,47	778.465,12	607.352,47	778.465,12	-	-	607.352,47	778.465,12
339037	681.439,37	591.417,19	623.360,86	539.698,14	58.078,51	51.719,05	623.360,86	539.698,14
339030	537.530,86	518.958,93	458.787,95	490.195,57	78.742,91	28.763,36	446.518,89	490.195,57
339033	439.943,17	391.553,78	439.943,17	391.470,27	-	83,51	439.781,75	377.005,79
339036	83.531,66	133.082,04	79.539,66	126.920,04	3.992,00	6.162,00	79.539,66	126.920,04
339139	31.155,00	20.158,40	31.155,00	18.593,92	-	1.564,48	31.155,00	18.593,92
339047	5.191,83	6.389,66	5.191,83	5.860,09	-	529,57	5.191,83	5.860,09
339092	-	3.615,53	-	3.615,53	-	-	-	3.615,53
339147	2.520,00	1.300,00	2.520,00	1.300,00	-	-	2.520,00	1.300,00
339093	4.276,28	-	4.276,28	-	-	-	4.276,28	-

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009

4 - Investimentos	609.366,45	1.182.099,52	489.418,45	1.015.451,51	119.948,00	166.648,01	486.265,45	1.012.151,51
443042	-	664.421,00	-	664.421,00	-	-	-	664.421,00
449052	609.366,45	517.678,52	489.418,45	351.030,51	119.948,00	166.648,01	486.265,45	347.730,51

2.8 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela SFA/MS

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
20	603	0357	8572	A	3	ha	1.600.000	1.746.400	NA
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade	20.000	22.633	NA
20	604	0357	4842	A	3	km²	357.125	346.979	NA
20	604	0357	2181	A	3	Inspeção	850	1.065	NA
20	603	0357	2180	A	3	Inspeção	5.000	6.054	NA
20	604	0356	8938	A	3	Estabelecimento	229	224	NA
20	603	0356	8939	A	3	Fiscalização	33	31	NA
20	603	0356	4746	A	3	Fiscalização	134	141	NA
20	603	0356	4745	A	3	Fiscalização	95	94	NA
20	603	1442	4720	A	3	Há	20.000	0	NA
20	603	0375	2177	A	3	Fiscalização	54	55	NA
20	603	0375	2179	A	3	Fiscalização	1.553	2.728	NA
20	604	0375	2124	A	3	Fiscalização	130	134	NA
20	603	0375	2141	A	3	Fiscalização	120	136	NA

03 - Informações sobre a composição de Recursos Humanos

a) Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	291	291	345
Próprios	291	291	345
Requisitados	0	0	0
Celetistas	7	7	7
Cargos de livre provimento	11	11	20
Estatutários	11	11	20
Não Estatutários	0	0	0
Terceirizados	32	32	0
Total	341	341	372

b) Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	233	11.729.275,02	0	4.502.623,53	752.695,45	482.997,52		
2008	292	22.750.697,57	0	9.595.235,23	1.462.413,99	532.089,07		
2009	302	32.100.489,46	0	14.310.425,15	1.969.371,80	527.187,57		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	7	213.872,88	0	0	0	11.754,24		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	0	0	0	0	0	0		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	0	0	0	0	0	0		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	1	0	0	0	0	0		
2009	0	0	0	0	0	0		
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	20	306.682,66	18	315.924,32	0	0	0	0
2008	20	336.672,23	18	344.767,14	0	0	0	0
2009	18	345.946,35	14	212.357,40	0	0	9	16.113,33

c) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade Quantidade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
O	Limp e Conserv	15.485.857/0001-16	02/12/2009	31/12/2010	16	16	0	0	A
O	Vigilância	37.572.849/0001-40	20/03/2006	31/12/2009	2	2	0	0	E
O	Suporte Técnico	72.609.829/0001-05	20/01/2007	31/12/2009	0	0	1	1	E
O	Suporte Técnico	04.510.534/0001-19	02/11/2009	31/12/2010	0	0	1	1	A
O	Apoio Administ	06.888.220/0001-80	02/01/2009	31/12/2010	13	13	0	0	A
Observação:									

04 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos- Exercício 2009

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
	Não se aplica				
TOTAL					

05 – Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	17.764,48			
2008	15.934,48	0	15.934,48	0
2007	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	346.556,37			
2008	340.146,81	21.974,58	318.172,23	0
2007	22.000,00	0	22.000,00	0
Observações:				

06 – Quadro de Detalhamento de Transferências

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	593755
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.001648/2007-60 – 1º Termo Aditivo ao Convênio MAPA/SFA-MS – IAGRO nº 001/2007 – Prazo de vigência: 24 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2009 - Assinatura: 24/12/2008.
Objeto da avença	Desenvolvimento de serviços do sistema unificado de atenção à saúde agropecuária.
Data de Publicação no DOU	29 de dezembro de 2008.
Valor total pactuado	R\$ 7.516.066,00
Valor total recebido/ transferido no exercício	R\$ 7.516.066,00; sendo: R\$ 3.000.000,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.604.0357.4842.0001 – FEBREAFTOS – Nacional – elemento de despesa 333041, Nota de Empenho nº 2008NE902125 de 24/12/2008; R\$ 4.519.066,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.604.0357.8658.0001 – PCEANIMAL – Nacional - elemento de despesa 333041; Nota de Empenho nº 2008NE902126 de 24/12/08;
Contrapartida	R\$ 751.906,60
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO/MS – CNPJ: 03.980.919/0001-87, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 15.412.257/0001-28.
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	0 – Adimplente. -Prestação de Contas parcial através do Processo nº 21026.002354/2009-17, em análise.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	601640
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.002231/2007-14 – 1º Termo Aditivo ao Convênio MAPA/SFA-MS – IAGRO nº 002/2007 – Prazo de vigência: 38 de dezembro de 2007 a 29 de junho de 2009 - Assinatura: 28/12/2007.
Objeto da avença	Desenvolvimento de serviços do sistema unificado de atenção à saúde agropecuária.
Data de Publicação no DOU	31 de dezembro de 2007.

Valor total pactuado	R\$ 752.688,70
Valor total recebido/ transferido no exercício	R\$ 752.688,70; sendo: R\$ 287.388,70 à Conta do Projeto/Atividade: 20.125.0357.2134.0001 – VIGIFITO – Nacional – elemento de despesa 333041, Nota de Empenho nº 2007NE901554 de 26/12/2007; R\$ 465.300,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.125.0360.7E54.0056 – REMOSDA – Nacional - elemento de despesa 443042; Nota de Empenho nº 2007NE901555 de 26/12/07;
Contrapartida	R\$ 75.268,87
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO/MS – CNPJ: 03.980.919/0001-87, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 15.412.257/0001-28.
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	5 – Concluído. -Prestação de Contas Final homologada através do Processo 21026.001798/2009-35.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	577323
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.001699/2006-19 – 4º Termo Aditivo ao Convênio SFA-MS - Prefeitura Municipal de Japorã nº 00009/2006 – Prazo de vigência: 27 de novembro de 2008 a 30 de abril de 2009 - Assinatura: 27/11/2008.
Objeto da avença	Apoiar o programa de revitalização da agricultura familiar no município de Japorã/MS.
Data de Publicação no DOU	05 de dezembro 2008.
Valor total pactuado	R\$ 506.933,38.
Valor em Restos a Pagar	R\$ 485.561,48 à Conta do Projeto/Atividade: 20.244.0359.OB26-0001 – APOIAFTEXT1 (credito extraordinário) – Nacional – elemento de despesa 334041; Nota de Empenho nº 2006NE901338 de 20/12/2006.
Contrapartida	R\$ 21.371,90
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Prefeitura Municipal de Japorã do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 15.905.342/0001-28
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	5 – Concluído. -Prestação de Contas Final homologada através do Processo 21026.001513/2009-66.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	577394
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.001789/2006-00 – 2º Termo Aditivo ao Convênio SFA-MS - Prefeitura Municipal de Iguatemi nº 00010/2006 – Prazo de vigência: 01 de abril de 2008 a 30 de abril de 2009 - Assinatura: 01/04/2008.
Objeto da avença	Desenvolver ações de capacitação de agricultores familiares diretamente atingidos na reestruturação de suas unidades de produção no município de Iguatemi /MS.
Data de Publicação no DOU	14 de abril de 2008.
Valor total pactuado	R\$ 290.585,00.
Valor em Restos a Pagar	R\$ 275.725,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.244.0359.OB26-0001 – APOIAFTEXT1 (credito extraordinário) – Nacional – elemento de despesa 334041; Nota de Empenho nº 2006NE901339 de 20/12/2006.
Contrapartida	R\$ 14.860,00
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Prefeitura Municipal de Iguatemi do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 03.568.318/001-61
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	5 – Concluído. -Prestação de Contas Final homologada através do Processo 21026.001339/2009-51.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	577403
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.001762/2006-17 – 2º Termo Aditivo de Convênio SFA-MS - Prefeitura Municipal de Eldorado nº 00002/2006 – Prazo de vigência: 15 de abril de 2008 a 30 de dezembro de 2008 - Assinatura: 15/04/2008.
Objeto da avença	Apoio e fortalecimento na diversificação da produção existente na agricultura familiar no município de Eldorado/MS.
Data de Publicação no DOU	29 de abril de 2008.
Valor total pactuado	R\$ 352.975,00.
Valor em Restos a Pagar	R\$ 314.475,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.244.0359.OB26-0001 – APOIAFTEXT1 (credito extraordinário) – Nacional – elemento de despesa 334041; Nota de Empenho nº 2006NE901311 de 20/12/2006.
Contrapartida	R\$ 38.500,00.
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Prefeitura Municipal de Eldorado do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 03.741.675/0001-80
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	6 – Inadimplência suspensa. -Tomada de Contas Especial através do Processo 21026.001627/2009-14.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG	577354
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº 21026.001700/2006-05 – 2º Termo Aditivo ao Convênio SFA-MS – Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí nº 00007/2006 – Prazo de vigência: 17 de março de 2008 a 30 de dezembro de 2008 - Assinatura: 17/03/2008.
Objeto da avença	Implantação de unidades de produção, reflorestamento de áreas próximas às nascentes e córregos e capacitação de agricultores familiares e monitoramento das atividades no campo.
Data de Publicação no DOU	19 de março de 2008.
Valor total pactuado	R\$ 177.367,35.
Valor em Restos a Pagar	R\$ 160.267,35 à Conta do Projeto/Atividade: 20.244.0359.OB26-0001 – APOIAFTEXT1 (credito extraordinário) – Nacional – elemento de despesa 335041; Nota de Empenho nº 2006NE901336 de 20/12/2006.
Contrapartida	R\$ 17.100,00.
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Associação da Escola Família Agrícola de Itaquiraí – CNPJ: 05.364.414/0001-13
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	5 – Concluído. -Prestação de Contas Final homologada através do Processo 21026.000347/2009-81.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG - SICONV	704395
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº21026.000778/2009-47 – Termo de Convênio MAPA/SFA-MS – IAGRO nº 01/2009 – Prazo de Vigência: 14 de agosto de 2009 a 07 de março de 2010 – Assinatura: 14/08/2009.
Objeto da avença	Implantação de ações de Defesa Sanitária Vegetal, prevenção e controle de pragas quarentenárias e de interesse econômico no Estado de Mato Grosso do Sul.
Data de Publicação no DOU	24 de agosto de 2009.
Valor total pactuado	R\$ 1.260.000,00
Valor total recebido/transferido no exercício	R\$ 1.134.000,00 sendo: R\$ 664.421,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.603.0357.8572-0001 – PCEVEGETAL (credito ordinário) – Nacional – elemento de despesa 443042; Nota de Empenho nº 2009NE901179 de 21/10/2009; e, R\$ 469.579,00 à Conta do Projeto/Atividade: 20.603.0357.8572-0001 – PCEVEGETAL (credito ordinário) – Nacional

	– elemento de despesa 333041; Nota de Empenho nº 2009NE901181 de 21/10/2009.
Contrapartida	R\$ 126.000,00
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO/MS – CNPJ: 03.980.919/0001-87, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 15.412.257/0001-28.
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	1 – Adimplente. Em vigência.

Tipo	Convênio
Código SIAFI/SIASG - SICONV	707093
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência e etc.)	Processo nº21026.002009/2009-83 – Termo de Convênio MAPA/SFA-MS – IAGRO nº 02 /2009 – Prazo de Vigência: 21 de outubro de 2009 a 31 de março de 2010 – Assinatura: 21/10/2009.
Objeto da avença	Desenvolvimento de Serviços do Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul.
Data de Publicação no DOU	23 de outubro de 2009.
Valor total pactuado	R\$ 5.282.348,60
Valor total recebido/transferido no exercício	R\$ 4.754.313,74 sendo: R\$ 2.377.056,87 através da Ordem Bancária nº 2009OB802863 de 04/11/2009; e, R\$ 2.377.056,87 através da Ordem Bancária nº 2009OB803225 de 30/11/2009; à Conta do Projeto/Atividade: 20.604.0357.4842-0001 – FEBREAFTOSA (credito ordinário) – Nacional – elemento de despesa 333041; Nota de Empenho nº 2009NE901677 de 19/10/2009.
Contrapartida	R\$ 528.234,86
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO/MS – CNPJ: 03.980.919/0001-87, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul – CNPJ: 15.412.257/0001-28.
Situação da Avença. (alcance dos objetivos e metas prestação de contas, sindicância TCE S/N)	1 – Adimplente. Em vigência.

6.1 – Análise Crítica sobre a situação da gestão das Transferências

O convênio nº 577403 com a Prefeitura Municipal de Eldorado, cujo objeto é o Apoio e Fortalecimento na diversificação da produção existente na agricultura familiar no município, encontra-se em Inadimplência Suspensa devido à incorreção detectada no relatório de cumprimento das metas da Prestação de Contas Final apresentada através do Processo nº 21026.000377/2009-97.

A referida conveniente está devolvendo, os valores impugnados, através de parcelas mensais, o montante devidamente atualizado.

07 – Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica

08 - Demonstrativo de fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.

Não se aplica.

09 – Renúncias Tributárias

Não se aplica.

10 – Operações de fundos.

Não se aplica.

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Documento / Data	Recomendação
1) E-mail de 27/07/2009 expedido pelo “lilson.saldanha@cgu.gov.br” – Assunto: Exclusão de CPMF dos pagamentos contratuais a partir de 01/01/2008.	Em atendimento à demanda especial e urgente do Ministro de Estado do Controle e da Transparência, encaminha anexos arquivos digitais contendo Ofício-circular nº 252/2009/GAB/CGU-Regional/MS e Planilha em Excel, para preenchimento das informações sobre eventuais pagamentos contratuais contemplando a CPMF, a partir de 01/01/2008 (exclusão da referida contribuição).
2) Original do Ofício-Circular nº 252/2009/GAB/CGU-Regional/MS de 24/07/2009, recebido nesta SFA/MS no dia 28/08/2009.	Solicita maior brevidade possível na resposta a esta demanda, tendo em vista o volume de eventuais prejuízos causados à Administração Pública Federal e a urgência nas providências de ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente. As informações constantes do Anexo I, sejam disponibilizados em meio magnético, inclusive cópias das providências adotadas, em cumprimento ao disposto na letra !d” do inciso II do art, 65 da Lei nº 8.666/93

11B. Determinações e recomendações do TCU

Documento / Data	Recomendação
1) Natureza: Audiência com Ministro Relator - Comunicações Processuais 441317095, Ofício nº 403/2009-TCU/SECEX-MS de 10/06/2009, Processo nº 010.771/2008-0 recebida nesta SFA/MS no dia 17/06/2009.	Despacho prolatado em 27/05/2009 pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Relator do processo de Tomada de Contas da SFA/MS, exercício 2007, TC-010.771/2008-0, com fundamento no art. 12, inciso III, da Lei 8.443/92 c/c o art. 202, inciso III, do Regimento Interno/TCU, foi determinada a audiência do Superintendente Federal Orlando Baez para, no prazo de 15 dias apresentar razões de justificativa a respeito da constatação, pela SFC/CGU (Relatório de Auditoria de Gestão nº 208351, de 19/03/2008), de que nos processos de prestação de contas de suprimento de fundos do órgão, por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, não há justificativas de saques em espécie, contrariando o estabelecido no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986, com a redação dada pelo Decreto nº 6.370/2008, bem assim no art, 4º, § 2º, da Portaria/MPOG nº 41/2005.
2) Ofício nº 201/2009/SECEX-MS de	Apresenta os Auditores Roberto Eiji Sakaguti e João Andrade de Alencar, designados para realizar, sob a coordenação do primeiro, Auditoria na SFA/MS.

<p>28/10/2009 do Secretário de Controle Externo do TCU – apresenta os Auditores Federais de Controle Externo, designados pela Portaria de Fiscalização nº 1603, de 27/10/2009.</p>	<p>Através do Ofício de Requisição nº 477/2009-01 de 28/10/2009, do Coordenador e Membro da Equipe de Auditoria, solicita nos termos do artigo 42 e 87 da Lei 8.443/92, apresentar documentação/informação relacionada para o dia 29/10/2009;</p> <p>a) Cópia do processo referente Convênio Nº 001/2007/MAPA/SFA/MS, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul - IAGRO/MS, com interveniência do Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>b) Cópia dos processos de prestação de contas do referido convênio.</p>
--	--

11C. Providências adotadas e resultados obtidos.

- 1) – OFICIO GAB/SFA/MS Nº 2855 DE 22/06/2009 – apresenta justificativa em atendimento ao Ofício nº 403/2009 – TCU/SECEX/MS:
 - a) A aprovação dos suprimentos de fundos com ausência de justificativa escrita no processo, relativo aos saques em espécie, efetuados pelos supridos decorreu em função de equívoco na interpretação do § 2º, art. 4º da Portaria/MPOG nº 41/2005, que estabeleceu normas complementares na utilização do cartão de pagamento do Governo Federal;
 - b) As justificativas de saques eram apresentadas pelos Supridos e apontadas em planilha específica para cada exercício e ao final inseridas no Relatório de Gestão de tomadas de Contas Anual da Unidade, conforme molde solicitado pela CGU/MS;
 - c) Em pronto atendimento a recomendação contida na Nota de Auditoria nº208351/1 de 19/03/2008, citada no item 5.2, todas as despesas de suprimento de fundos efetuadas na forma de faturas e saques passaram a ser devidamente justificadas e juntadas aos respectivos processos de prestação de contas;
 - d) Com a implantação pelo MPOG do Sistema de Cartão de Pagamento – SCP na forma “on line” junto ao site Compras Net, a partir de junho de 2009, os suprimentos de fundos desta Superintendência passarão a ter suas despesas e justificativas de faturas e saques lançadas no referido sistema SCP.

Setor Responsável pela Implementação:

Divisão de Apoio Administrativo, Serviço de Execução Orçamentária e Financeira.

- 2) – No dia 28/07/2009, Chefe da DAD/SFA/MS encaminha para o e-mail de lilson.saldanha@cgu.gov.br arquivo contendo a planilha com as informações sobre levantamento das medidas adotadas a partir da extinção da cobrança da CPMF.

Em atendimento ao Ofício-Circular nº 252/2009/GAB/CGU-Regional/MS e em complementação as informações prestadas por e-mail, através do OFÍCIO GAB/SFA/MS/Nº3431, de 31/07/2009, encaminha relação dos contratos envolvidos

com pagamentos a título de CPMF a partir de 01/01/2008, conforme providências abaixo:

Ofício SAG/DAD/SFA/MS nº 3410 de 29/07/2009 enviado para CIFRA – Vigilância, Segurança e Transporte de Valores Ltda, comunicando que em complementação ao Ofício DAD/SFA/MS nº 2204 de 13/05/2009, e em atendimento ao Ofício-Circular nº 252/2009/GAB/CGU-Regional/MS, solicita dedução na próxima fatura do valor de R\$ 354,55 referente a diferença a maior do mês de junho/2009 e R\$ 546,09 relativo aos meses de janeiro de 2008 a maio de 2009;

Ofício SAG/DAD/SFA/MS nº 3411 de 29/07/2009 enviado para BSI do Brasil Ltda, comunicando que em atendimento ao expediente da Controladoria Geral da União (cópias em anexo), solicita dedução na próxima fatura do valor de R\$ 161,70 relativo a pagamento indevido de CPMF relativo aos meses de janeiro de 2008 a outubro de 2008.

Setor Responsável pela Implementação:

Divisão de Apoio Administrativo, Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, Seção de Atividades Gerais.

- 3) Foram entregues as cópias solicitadas, dentro do prazo estipulado.

Setor Responsável pela Implementação:

Divisão de Apoio Administrativo, Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, Seção de Suporte Técnico-Operacional e de Comunicação Social.

12 – Atos de admissão, desligamento, concessão de Aposentadorias e pensão praticados no exercício.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	21	21
Desligamento	7	7
Aposentadoria	1	1
Pensão	1	1

13 – Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em
Mato Grosso do Sul



Declaração

Declaro que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Campo Grande/MS, 11 de março de 2010.

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to read 'Hilário Boz', is written over the typed name and title.

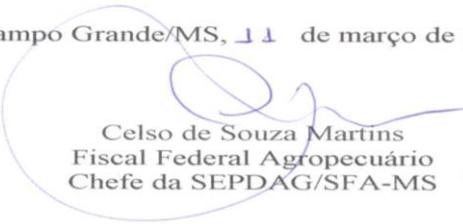
Hilário Boz
Chefe da DAD/SFA-MS



Declaração

Declaro que as informações referentes a contratos de repasse estão disponíveis e atualizadas no Portal dos Convênios – SICONV.

Campo Grande/MS, 11 de março de 2010.


Celso de Souza Martins
Fiscal Federal Agropecuário
Chefe da SEPDAG/SFA-MS

Celso de Souza Martins
Fiscal Federal Agropecuário
Eng.º Agr. Msc. CREA 1578/D-A
Chefe da SEPDAG-SFA/MS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura em
Mato Grosso do Sul



Declaração

Declaro que as informações referentes a convênios estão disponíveis e atualizadas no Portal dos Convênios – SICONV.

Campo Grande/MS, 11 de março de 2010.


Vera Lúcia Pelição Rebelo
Chefe da STC/SFA-MS

14 – Outras informações consideradas, pelo responsável, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

No ano de 2009, a Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul esteve envolvida em diversas ações, das quais se pode destacar:

Apoio ao maior evento tecnológico do agronegócio no MS - Realizado há 13 anos, o SHOWTEC em Maracajú/MS, difunde tecnologias agropecuárias disponíveis e em desenvolvimento pelos principais institutos de pesquisa do Brasil e do exterior em torno da produção de alimentos e energia.

Em fevereiro/2009, a Superintendência Federal de Agricultura recebeu 1.100 quilos de sementes de Nabo Forrageiro, Mucuna Anã e Feijão de porco para dar continuidade à segunda fase do programa de formação dos bancos comunitários de sementes para adubação verde em Mato Grosso do Sul.

No período de 16 a 20 de fevereiro o setor de fiscalização Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA/MS) desencadeou em conjunto com a Coordenação Geral da Qualidade Vegetal do Ministério da Agricultura (CGQV-DIPOV/SDA/MAPA) a “Operação Tríplice Aliança Nacional” (apelidada de "OTAN MS"), onde Fiscais Federais Agropecuários das SFA's do Distrito Federal e Alagoas, se juntaram aos classificadores do Estado em Campo Grande, e conheceram as estratégias de fiscalização utilizando a Unidade Volante da Qualidade Vegetal conhecida como "Van Derléia". A SFA/MS é pioneira e por enquanto, a única no País a fiscalizar com Unidade Volante. Durante quatro dias de fiscalização e treinamento real, em diversos supermercados da capital, foi suspensa a comercialização de 6.040 kg de arroz e 1.096 kg de feijão

Em março/2009, Técnicos da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em visita oficial ao Mato Grosso do Sul, mostraram-se bastante satisfeitos com a atuação de produtores e autoridades sanitárias no estado. Trata-se da primeira visita da OIE ao estado depois da recuperação do status sanitário de "área livre de febre aftosa com vacinação", em julho de 2008.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Superintendência Federal de Agricultura (SFA/MS), e do Núcleo de Agroecologia da Embrapa em Dourados, vem apoiando a construção do movimento agroecológico de Mato Grosso do Sul. Esse movimento acontece de forma participativa, onde produtores, consumidores, pesquisadores, colaboradores e simpatizantes vem somando esforços para solidificar as diferentes formas sustentáveis de produção de alimentos e fibras. À Superintendência cabe o papel de coordenar a Comissão Estadual da Produção Orgânica (CPorg/MS) enquanto que a Embrapa vem pesquisando os melhores sistemas de produção para as diferentes regiões do Estado.

A Diretoria Técnica, juntamente com o Serviço de Sanidade Animal da Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul (SFA/MS), capacitaram 56 fiscais agropecuários, sendo 46 da IAGRO e 10 da SFA, para atuarem em auditorias do SISBOV. O Estado conta agora com 104 auditores aptos e prontos para darem mais agilidade ao processo de auditoria.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da sua Superintendência no Mato Grosso do Sul (SFA/MS), formalizou a doação de um milhão e trezentas mil doses de vacina contra febre aftosa para o Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Alimentar da Bolívia (SENASAG).

Atendendo a Portaria Ministerial GM nº 87/2009, o Setor de Acompanhamento de Convênios da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA/MS), promoveu um curso de capacitação para gestores de convênios de trinta Prefeituras.

Com o objetivo de fortalecer o processo de implantação e consolidação da gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no âmbito das Superintendências, a Assessoria de Gestão Estratégica (AGE/GM/MAPA), organizou, coordenou e executou em conjunto com a área de recursos humanos (CGDP/CGRH), o curso "Exercitando a Execução de Estratégias Organizacionais".

Para atender demandas do Sul de Mato Grosso do Sul, foi instalada no Município de Dourados a UTRA/DOU/DT-MS.

Em julho/2009 a missão veterinária dos Estados Unidos realizou auditorias e inspeções de rotina em Mato Grosso do Sul, o técnico do Serviço Americano de Inspeção de Alimentos (FSIS/USDA), auditou dois frigoríficos entre os dias 21 e 24 de julho. Quatro matadouros frigoríficos sul-mato-grossenses estão habilitados a exportar para o mercado norte americano, com capacidade média de abate de 5 mil cabeças/dia. O auditor se mostrou satisfeito com os procedimentos sanitários operacionais adotados, com os procedimentos padrões de higiene operacional observados e com as instalações apresentadas. Verificou "in loco" todas as atividades desenvolvidas durante o processo de produção da matéria prima para os Estados Unidos; desde a recepção dos animais para o abate, o processo de abate, desossa, resfriamento, estocagem e expedição dos produtos.

Vieram ao Mato Grosso do Sul um grupo de técnicos e empresários sul coreanos para conhecer novas oportunidades de negócio, incluindo o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura (MAPA), adotado nos estabelecimentos frigoríficos de bovinos, suínos, ovinos e aves habilitados para exportação. Além do mercado de carnes os coreanos mostraram também interesse em conhecer o sistema sanitário para exportação de grãos.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MS credenciou, pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA), o Instituto de Perícias Científicas de Mato Grosso do Sul (IPC), para realizar análises na área de Identificação Genética e Material de Multiplicação Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do MAPA.

Leandro Diamantino Feijó – Coordenador de Controle de Resíduos e Contaminantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) visitou Mato Grosso do Sul e cumpriu extensa agenda de reuniões, palestras e visitas técnicas a frigoríficos de bovinos, suínos, aves e peixes. A visita enfatizou a colheita e envio de amostras para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC. No Mato Grosso do Sul 25 estabelecimentos frigoríficos, habilitados para exportação, fazem parte do PNCRC. São 19 frigoríficos de bovinos, 02 de suínos, 03 de aves e 01 de pescado. O desafio agora é incluir no programa os estabelecimentos de abates de Avestruz e ovinos.

Fiscais do Serviço de Sanidade Animal da Superintendência Federal de Agricultura (SEDESA/SFA/MS), em agosto/2009, a fiscalizaram laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina (AIE) no Mato Grosso do Sul. Nessa etapa foram fiscalizados quatro laboratórios localizados nos municípios de Rio Brillhante, Dourados e Glória de Dourados.

Como parte das comemorações da "Semana do Nutricionista - 31.08 a 04.09", o Serviço de Fiscalização da Classificação Vegetal do SIPAG-SFA/MS, promoveu uma série de palestras sobre "Normas de rotulagem de produtos vegetais destinados a alimentação humana", dirigidas aos acadêmicos da Faculdade de Nutrição da Universidade Uniderp/Anhanguera de Campo Grande.

O Serviço de Sanidade Animal da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA/MS), juntamente com os técnicos da IAGRO e UFMS, realizaram em Dourados, um curso de atualização sobre "Raiva em Herbívoros". O objetivo do curso de

atualização foi capacitar os Médicos Veterinários do órgão estadual que atuam nas ações de combate à raiva dos herbívoros.

O Superintendente Orlando Baez e a Chefe da Divisão Técnica da SFA/MS, Juliana Fernandes, participaram de uma extensa agenda de palestras ministradas aos técnicos e produtores durante a “I Expo MS – O Encontro do Agronegócio”. Todos os Prefeitos e Secretários de Agricultura e Desenvolvimento dos 78 municípios do Estado foram convidados para conhecerem o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). A palestra foi realizada no dia 07 de outubro pelo Dra. Judi, Diretora Substituta do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O Serviço de Inspeção de produtos agropecuários da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA/MS), promoveu um curso de atualização para 34 representantes das indústrias de leite, ovos, mel e carne de aves que estejam sob Inspeção Federal. O evento abordou a nova metodologia de análise de rótulos e embalagens que foi totalmente informatizado e está à disposição das indústrias através do Sistema de Informações Gerenciais do SIF (SIGSIF), no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em novembro, o Serviço de Inspeção de produtos agropecuários da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SFA/MS), promoveu um curso de atualização para 34 representantes das indústrias de leite, ovos, mel e carne de aves que estejam sob Inspeção Federal. O evento abordou a nova metodologia de análise de rótulos e embalagens que foi totalmente informatizado e está à disposição das indústrias através do Sistema de Informações Gerenciais do SIF (SIGSIF), no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O Serviço Agrícola y Ganadero – SAG, do Ministério da Agricultura do Chile, esteve em MS e auditaram estabelecimento de abate de aves, Doux Frangosul S/A Agroavícola Industrial de Caarapó e o frigorífico Sul Ltda, de Aparecida do Taboado. Duas outras equipes de auditores chilenos estiveram no Mato Grosso do Sul visitando mais cinco estabelecimentos de abate de bovinos, entre eles, o Marfrig Indústria e Comércio de Alimentos S/A (Bataguassu), Minerva S/A (Batayporã), Bertin S/A (Naviraí e Campo Grande), Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S/A (Iguatemi).

Atendendo a necessidade de avaliação periódica dos procedimentos adotados pelo Serviço Laboratorial Avançado de Mato Grosso do Sul (SLAV/MS), técnicos do Lanagro/GO, estiveram na sede da SFA/MS em Campo Grande, para uma reunião de análise crítica sobre o sistema de gestão da qualidade baseado na resolução NBR ISO/IEC 17025:2005. O laboratório sul-matogrossense passou por duas auditorias internas e solidificou a rastreabilidade, ratificando a garantia da qualidade.

Tendo em vista a preocupação dos apicultores sul-mato-grossenses quanto às dificuldades encontradas para adequação do setor frente ao novo Regulamento de Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da SFA/MS, convidou o setor para debater os pontos críticos da atividade juntamente com a Fiscal Federal Agropecuária, Aline Nunes, responsável pelo setor de mel e derivados do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DIPOA/MAPA).

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da SFA/MS realizou uma reunião técnica de nivelamento sobre as ações previstas na Instrução Normativa MAPA nº 09, de abril de 2009, que institui Procedimentos de Controle da bactéria *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo humano.

Campo Grande sediou o 10º Encontro Nacional sobre o encerramento do exercício 2009 em instituições públicas ligadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA). A reunião técnica reuniu 52 servidores das regiões Norte e Centro-Oeste, responsáveis pelo setor financeiro de instituições como: Conab, Ceplac, Inmet e SFA. O objetivo da reunião Nacional foi capacitar os servidores e titulares das unidades nos estados e discutir os procedimentos que serão adotados para o exercício 2010.

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul (SEPDAG/SFA/MS) vem levantando as condições das patrulhas mecanizadas adquiridas por meio de emendas parlamentares, através do Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa). A iniciativa visa pesquisar as aquisições feitas a partir de 2005 nos 78 municípios do Estado.

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 – Declaração do Contador responsável pela unidade.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SFA/MS			130062
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO PLENA

Código da Unidade Gestora:	130062
Nome da Unidade Gestora:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL – SFA/MS
CNPJ:	00.396.895/0060-85

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável-UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas do Exercício de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2009.


Alberto Jerônimo Pereira
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

CRC nº 006624/T-8 GO